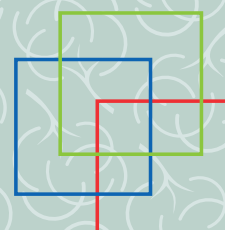




Estudo sobre os déficits de trabalho de decente na cadeia produtiva do algodão no Mali



Projeto
Algodão
Trabalho
Decente



ESTUDO SOBRE OS DÉFICITS DE TRABALHO DE DECENTE NA CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO NO MALI

Agosto 2016

Consultor: Ibrahima CISSE

Copyright © Organização Internacional do Trabalho, Instituto Brasileiro do Algodão e Agência Brasileira de Cooperação 2018

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam de proteção de direitos de propriedade intelectual em virtude do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos dessas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, solicitações para esses fins devem ser apresentadas ao Departamento de Publicações da OIT (Direitos e permissões), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça, ou por correio eletrônico: rights@ilo.org. Solicitações dessa natureza serão bem-vindas.

As bibliotecas, instituições e outros usuários registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

ISBN: 978-92-2-031210-0 (web pdf)

Publicado também em francês: Étude sur les lacunes en matière de travail décent dans la chaîne d'approvisionnement en coton au Mali, ISBN 978-92-2-031209-4 (web pdf), 2018

As denominações empregadas e a forma na qual dados são apresentados nas publicações da Organização Internacional do Trabalho, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, não implicam nenhum julgamento por parte da Organização Internacional do Trabalho, do Instituto Brasileiro do Algodão ou da Agência Brasileira de Cooperação sobre a condição jurídica de nenhum país, zona ou território citado ou de suas autoridades e tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos artigos, estudos e outras colaborações assinados cabe exclusivamente aos seus autores e sua publicação não significa que a Organização Internacional do Trabalho, o Instituto Brasileiro do Algodão e a Agência Brasileira de Cooperação as endosse.

Referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho, do Instituto Brasileiro do Algodão e da Agência Brasileira de Cooperação e o fato de não serem mencionadas empresas ou processos ou produtos comerciais não implica nenhuma desaprovação.

As publicações e produtos eletrônicos da Organização Internacional do Trabalho podem ser obtidos nas principais livrarias e em redes de distribuição digital, enviando pedidos para: ilo@turpin-distribution.com. Para mais informações, visite o nosso site ilo.org/publns ou entre em contato pelo email ilopubs@ilo.org.

Impresso no Brasil

Sumário

Lista de Siglas e Abreviaturas	5
Resumo Executivo	8
I. Introdução sobre à cadeia de abastecimento do algodão.....	11
1.1. Situação política, social e econômica do Mali	11
1.2. Visão geral da estrutura de produção e do emprego e as características do setor do algodão	12
1.3. Tendências mundiais e nacionais na produção e comércio do algodão.....	14
1.3.1. <i>Tendências de produção, valor da exportação/importação do algodão.....</i>	<i>14</i>
1.3.2. <i>Tendências de produção, de valor, das exportações/importações e do consumo interno de produtos agrícolas alternativos : arroz e milho</i>	<i>16</i>
1.3.3. <i>Participação na cadeia de abastecimento mundial</i>	<i>17</i>
1.4. Tendências mundiais e nacionais do comportamento do emprego.....	17
1.5. Avaliação dos ganhos e benefícios reais em eficiência nos diferentes níveis da cadeia de abastecimento do algodão	19
1.6. Crescimento demográfico	20
1.7. O papel do setor privado como motor de desenvolvimento do setor agrícola e a necessidade de estabelecer um ambiente de políticas agrícolas e de negócios.....	20
1.8. A necessidade de programas sociais para a população vulnerável	21
II. Análise das causas e tendências que afetam o déficit, os desafios e as oportunidades do trabalho decente	22
2.1. O emprego	22
2.1.1. <i>Escalas e níveis para o emprego produtivo</i>	<i>22</i>
2.1.2. <i>Características dos trabalhadores pobres na produção de algodão</i>	<i>23</i>
2.1.3. <i>Formalidades e informalidades, por faixa etária e sexo.....</i>	<i>26</i>
2.1.4. <i>Características do emprego e dos trabalhadores, seus níveis de competências e de produtividade.....</i>	<i>27</i>
2.2. Os direitos trabalhistas	29
2.2.1. <i>O cumprimento das leis trabalhistas no Mali segundo as convenções fundamentais da OIT</i>	<i>29</i>
2.2.2. <i>Sobre a liberdade sindical e a negociação coletiva</i>	<i>30</i>
2.2.3. <i>A presença do conceito de trabalho decente no Mali no setor rural e na produção do algodão.....</i>	<i>31</i>
2.2.4. <i>Presença do trabalho decente na produção do algodão por meio de projetos</i>	<i>33</i>
2.2.5. <i>Amplitude e forma como a vulnerabilidade ocorre nos postos de trabalho de diferentes grupos</i>	<i>35</i>
2.2.6. <i>Nível de eficácia na inspeção do trabalho no país e controle do cumprimento das leis trabalhistas na cadeia de produção do algodão</i>	<i>36</i>
2.2.7. <i>Formas de trabalho infantil nas comunidades de cultivo do algodão</i>	<i>36</i>
2.2.8. <i>Sistemas de acompanhamento, monitoramento e controle</i>	<i>39</i>

2.3. Grau de organização dos produtores de algodão e necessidades de fortalecimento das capacidades das estruturas.....	39
2.4. Proteção social.....	40
2.5. O diálogo social : mecanismos de diálogo social e construção de consenso	42
2.6. Iniciativas de diálogo social no setor de produção algodoeira	43
III. Governança do setor algodoeiro e principais atores	44
3.1. O ambiente do setor algodoeiro	44
3.2. A liderança do Governo.....	45
3.3. Os empregadores	46
3.4. Os trabalhadores.....	47
3.5. A sociedade civil.....	48
3.6. Outros	50
3.7. Casos de parcerias público-privadas	51
Conclusões e recomendações.....	53
Referências Bibliográficas	59
Lista de pessoas encontradas	61
Lista de Gráficos	
Gráfico 1: Evolução da produção do algodão em caroço	15
Lista de Tabelas	
Tabela 1: Evolução das rendas médias do algodão em caroço.....	19
Tabela 2: Evolução nas contas de resultado da CMDT	19
Tabela 3: Recomendações do estudo	58

Lista de Siglas e Abreviaturas

AFDI	Agricultores Franceses e Desenvolvimento Internacional
AMO	Seguro Doença Obrigatório
ANPE	Agência Nacional para o Emprego
AOPP	Associação das Organizações Profissionais Camponesas
APROCA	Associação dos Produtores de Algodão Africanos
AV	Associações Comunitárias
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados do Este Africano
BCI	Projeto Better Cotton Initiative
BNDA	Banco Nacional de Crédito Agrícola
CDN	Comitê Diretor Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano
CEP	Campo Escola Campesina
CMDT	Companhia Maliana para o Desenvolvimento de Têxteis
CNLTE	Célula Nacional de Combate ao Trabalho Infantil
CNOP	Coordenação Nacional de Organizações Campesinas
CPC	Cooperativas de Produtores de Algodão
C-SCPC	Confederação das Sociedades Cooperativas de Produtores de Algodão
CPS/SDR	Célula de Planejamento e de Estatística/Setor de Desenvolvimento Rural
EAC	Enquete Agrícola de Conjuntura
CRA	Câmara Regional de Agricultura
CREDD	Marco Estratégico para a Retomada Econômica e o Desenvolvimento Sustentável
CSCR	Marco Estratégico para o Crescimento e Redução da Pobreza
CSCOM	Centro de Saúde Comunitário
CSTM	Confederação Sindical dos Trabalhadores do Mali
DNCN	Direção Nacional de Conservação da Natureza (atual Direção Nacional de Águas e Florestas)
DNE	Direção Nacional do Emprego
DNP	Direção Nacional de Planejamento do Desenvolvimento
DNSI	Direção Nacional de Estatística e Informática
DOEF/ANPE	Departamento Observatório do Emprego e da Formação Profissional da ANPE
EMUT	Enquete Maliana sobre a Utilização do Tempo

FCFA	Franco da Comunidade Financeira Africana
FED	Fundo Econômico de Desenvolvimento
FEN	Federação de Educação Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
GIE	Grupo de Interesse Econômico
GIPD	Programa de Gestão Integrada da Produção e dos Predadores
MEFP	Ministério do Emprego e da Formação Profissional
MRSC	Missão de Reestruturação do Setor do Algodão
HIMO	Alta Intensidade de Mão de Obra
IFDC	Centro Internacional para o Desenvolvimento de Adubos
ICAC	Comitê Consultivo Internacional do Algodão
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSTAT	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Profissão do Algodão
IPEC	Programa Internacional para a Abolição do Trabalho Infantil
LOA	Lei de Orientação Agrícola
ODHD/LCP	Observatório do Desenvolvimento Humano Sustentável e de Combate à Pobreza
OMD	Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OHVN	Ofício do Vale Alto do Níger
PANETEM	Plano de Ações para a Eliminação do Trabalho Infantil
PDA	Política de Desenvolvimento Agrícola
PDDSS	Plano Decenal de Desenvolvimento Sócio Sanitário
PEJ	Programa Empregos Jovens
PME	Pequena e Média Empresa
PIB	Produto Interno Bruto
PIBA	Produto Interno Bruto do Setor da Agricultura
PITEA	Parceria Internacional de Cooperação sobre o Trabalho Infantil e a Agricultura
PNLTE	Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil
PPP	Parceria Público-Privada
PPTE	País Pobre Muito Endividado
PPTD	Programa Nacional de Promoção do Trabalho Decente

PRODESS	Programa de Desenvolvimento Social e Sanitário
PTF	Parceria Técnica e Financeira
RAMED	Regime de Assistência Médica
RGA	Recenseamento Geral Agrícola
ROPRA	Rede das Organizações Camponesas e de Produtores do Oeste Africano
SAP	Sistema de Alerta Precoce
SCPC	Sociedades Cooperativas de Produtores de Algodão
SIMT	Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho
TD	Trabalho Decente
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
SPAAA	Acompanhamento e Análise das Políticas Agrícolas e Alimentares na África
SYCOV	Sindicato dos Produtores de Algodão e Víveres do Mali
SYNAPRO	Sindicato Nacional da Produção
UEMOA	União Econômica e Monetária do Oeste Africano
UNTM	União Nacional dos Trabalhadores do Mali



Resumo Executivo

O presente estudo é patrocinado pela OIT no âmbito do Programa de Parceria Brasil/OIT para a promoção da cooperação Sul-Sul e do trabalho decente nos países produtores de algodão da África e América Latina. O objetivo é fornecer elementos para a elaboração de planos de intervenção frente aos grandes déficits de trabalho decente no setor do algodão e facilitar o intercâmbio de experiências no âmbito da cooperação Sul-Sul com o Brasil.

Contexto da cadeia de abastecimento de algodão no Mali

O contexto político, social e nacional é marcado pelos efeitos da crise política, institucional e de segurança sem precedentes que o país experimentou em 2012, uma vez que, até então, era visto como um exemplo de estabilidade política e de gestão das reformas econômicas na sub-região. Esta crise, ligada à multiplicação de grupos armados de separatistas e movimentos jihadistas indo em direção norte, além do golpe militar resultou na saída do Estado de grande parte das regiões norte e centro do país. A partir de 2013, com o apoio da comunidade internacional, o país tem gradualmente retornado à ordem constitucional e com a assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação entre o Governo e os grupos armados em 2015, vislumbra-se que o país saia da crise e passe por uma reconstrução política e institucional profunda. No entanto, a pobreza continua a ser um importante problema, com quase metade da população vivendo abaixo da linha da pobreza e do Mali e ocupando em 2015 o 173º lugar dos 177 países do mundo classificados pelo ranking do IDH do PNUD.

A economia é dominada pelos setores primário e terciário com, respectivamente, 40% e 35% do PIB durante o período 2012-15. O setor primário consiste principalmente de agricultura e pecuária. O cultivo de grãos para alimento (milho e sorgo) dominam com 42% da média do PIB do setor agrícola nos últimos cinco anos, enquanto que o algodão representa 10% do conjunto.

O setor secundário deixado ao descaso, atua principalmente nos produtos de extração, na edificação e construção de obras públicas, nas indústrias têxteis e no agronegócio.

A acelerado ritmo da taxa de crescimento demográfico (3,6% por ano), a população jovem (46,3% com menos de 15 anos) e o baixo desempenho agrícola é expresso nas precárias condições de vida e piora do êxodo rural.

Com relação ao emprego, as estatísticas de 2010 mostram uma relação emprego/população, ou taxa de ocupação de cerca de 65% para as zonas rurais e de 49% em áreas urbanas. Os jovens da faixa etária entre 15-24 anos que não estão empregados ou se encontram no sistema educacional representam 12% desta parcela em meio rural e 9% se situam em áreas urbanas. Segundo o gênero, representam 7,8% de homens jovens e 13,9% de mulheres jovens. O nível de desemprego atingia no mesmo ano 8,3% da população ativa total, dos quais 6,2% são homens e 11,4% mulheres.

Assim sendo, a maioria das pessoas ocupadas encontram-se no setor informal, que emprega 88,0% de todos os trabalhadores, tendo 86,4% de homens e 90,6% de mulheres.

A zona de produção do algodão possui mais de 4 milhões de habitantes, portanto um quarto da população do país, sendo este cultivo praticado em mais de 170.000 propriedades. O algodão continua a ser a principal cultura industrial no país, que, aliás, influencia fortemente diversos setores da economia, incluindo a produção de cereais e pecuária, a indústria têxtil e unidades de processamento de sub produtos (óleo, torta e alimento para o gado), transporte, etc.

Causas e tendências que ocasionam o déficit, os desafios e as oportunidades de trabalho decente

A pobreza afeta a metade da população do Mali, apesar de ter tido uma tendência a diminuir até 2011, quando foi impactada nos últimos anos pelos efeitos combinados da crise sociopolítica de 2012 e a pela situação de insegurança atual.

Os trabalhadores pobres na área de produção de algodão são uma categoria de produtores, ou “pequenas” propriedades cujas características principais são geralmente o pequeno índice demográfico, a falta de equipamentos agrícolas (arados, carroças e ou bois) a falta de auto-suficiência em grãos e gado disponível. Eles representam entre 30 e 40% dos produtores de algodão, dependendo da filial da CMDT.

É possível mencionar as profundas causas de empobrecimento das propriedades de cultivo do algodão, como a queda dos preços, falta de equipamento, falta de mão de obra familiar e a má distribuição de renda no setor. As causas imediatas são relacionados a choques, tais como a desagregação familiar, catástrofes e a perda de equipamentos agrícolas.

No setor de produção do algodão, o emprego é caracterizado pela predominância da mão de obra familiar, por unidades de produção pouco mecanizadas e pela baixa produtividade, tendo como média de rendimento entre 830 kg/ha e 1.000 kg/ha. No entanto, a tendência geral é a estagnação, explicada por vários fatores de ordem climática, agrônômica, socioeconômica e tipo de solo. A situação se agrava mais no caso das mulheres produtoras que geralmente não têm equipamentos.

Quanto ao direito ao trabalho, todas as convenções internacionais do trabalho reconhecidas como fundamentais pela OIT foram transformadas em textos nacionais no Mali. No entanto, estes textos são, em grande parte desconhecidos pelos serviços de inspeção do trabalho, pelos magistrados, sociedade civil e parceiros sociais. O conceito de trabalho decente está mais ou menos presente nos documentos de orientação política sobre estratégias e programas de combate ao trabalho infantil, sobre a criação de emprego em meio rural e emprego para jovens, proteção social, cobertura de saúde, etc.

Quanto à produção de algodão, vários projetos foram iniciados e executados com parceiros técnicos e financeiros, tais como o projeto de algodão orgânico equitável, o Better Cotton Initiative, a Gestão Integrada de pragas e a aplicação do conceito Escola de Campo para Produtores.

A despeito destas diretrizes, políticas setoriais, estratégias, programas e projetos, várias formas de déficit em trabalho decente persistem no Mali de proporções ainda muito elevadas como o envolvimento de crianças em atividades econômicas, as elevadas cargas de trabalho para crianças que vão ou não à escola, crianças envolvidas em trabalhos prejudiciais e a desigualdade de gênero particularmente marcada nas zonas rurais.

No setor do algodão em particular, formas de déficit de trabalho decente incluem o trabalho doméstico para crianças e garotas, principalmente, o trabalho, agrícola, os cuidados com os animais, adubação e manejo de produtos tóxicos para o tratamento de culturas.

Os serviços de inspeção do trabalho envolvidos no setor formal não cobrem o setor informal ou na produção rural por várias razões: falta de recursos operacionais humanos, físicos e financeiros, o desconhecimento dos textos sobre o trabalho pelos agentes encarregados da inspeção, magistrados, sociedade civil, parceiros sociais, etc.

Além das estruturas e organizações acima citadas, a necessidade de fortalecimento das capacidades para o desempenho das suas funções também se aplica às organizações de produtores que precisam enfrentar novos desafios relacionados com as funções a eles conferidas pelo processo de reforma em andamento.

Em matéria de proteção social, a estratégia nacional é baseada na ampliação e melhoria da qualidade de cobertura dos cuidados de saúde e fortalecimento da capacidade de gestão das instituições públicas e privadas. A implementação desta estratégia levou a um aumento da cobertura da população pelo sistema de proteção

social, que é de 16,32% em 2015, principalmente através da (i) introdução do seguro de saúde obrigatório, mas isso só se aplica aos trabalhadores do setor público e parapúblico, (ii) do Regime de Assistência Médica que cobre menos de um por cento da população-alvo, (iii) e a criação de assistência mutua em saúde (172) no setor informal e meio rural chegando a uma taxa de cobertura de 4,8% da população-alvo.

Quanto ao diálogo social, vários mecanismos têm sido implementados em âmbito nacional, incluindo o Pacto de Solidariedade para o Crescimento e Desenvolvimento, assinado em 2001 pelo governo, empregadores e trabalhadores, e, em âmbito setorial o Conselho Superior de Agricultura funcional desde 2008, além do Dia do Camponês, verdadeiros espaços de diálogo e comunicação entre seus atores e profissões. Para o setor do algodão em particular, o diálogo social é principalmente operacional, pois trata do fornecimento de insumos para os produtores, da fixação de preços para os produtores, planejamento e implementação da campanha agrícola.

Governança no setor algodoeiro e principais atores

A liderança do governo no setor algodoeiro se manifesta notadamente no planejamento da safra, nos subsídios aos insumos para intensificação das culturas e em mecanismos de apoio aos preços mínimos para o algodão em carozo com a finalidade de trazer o desenvolvimento sustentável da cadeia.

O principal empregador, a CMDT conta com um efetivo de 1.471 trabalhadores permanentes, dos quais 1364 são homens e 107 mulheres e 3.055 trabalhadores sazonais para seus 17 empresas de descaroçamento. Além da renda distribuída, todos os trabalhadores da empresa, incluindo os sazonais são beneficiários da proteção social e vantagens adicionais, como parte de um Acordo entre estabelecimentos e do diálogo social e conforme o Código do Trabalho.

Os produtores de algodão são considerados trabalhadores independentes. Possuem pequenas propriedades familiares organizados em sociedades, uniões e federações de cooperativas. Ativas na cadeia de produção agrícola e do diálogo social, estas organizações sócio-profissionais intervêm ainda timidamente sobre as violações dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e pela proteção social dos produtores agrícolas.

Além disso, as Organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais intervêm mais ou menos diretamente no setor algodoeiro, sobretudo no apoio e fortalecimento das capacidades das organizações de produtores, e de forma muito limitada sobre as violações dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e da proteção social dos trabalhadores.

Recomendações

Em relação às experiências brasileiras que podem ser compartilhadas no Mali, o estudo propõe as seguintes recomendações:

- Combater a pobreza junto aos pequenos produtores de algodão regulares ou cíclicos, sujeitos a choques de ordem endógena e exógena;
- Fortalecer os métodos e capacidades de intervenção da Célula Nacional de Luta contra o Trabalho Infantil;
- Apoiar a implementação de regulamentos trabalhistas em vigor no sub-setor de produção do algodão;
- Alinhar as estratégias de intervenção das partes interessadas do setor algodoeiro ao conceito de trabalho decente;
- Fortalecer os métodos e capacidades de intervenção da CMDT relativas ao conceito de trabalho decente;
- Prevenir e eliminar o trabalho infantil na cadeia de produção de algodão;
- Estender a cobertura social, ao maior número de produtores de algodão.

I. Introdução sobre a cadeia de abastecimento em algodão

1.1. Situação política, social e econômica do Mali

Considerado como exemplo de estabilidade política e de gestão de reformas econômicas na sub-região do oeste africano, o Mali atravessa, desde 2012, crise político-institucional e securitária sem precedentes, marcada pela multiplicação e pelo aumento da força dos grupos armados, dos movimentos separatistas e jihadistas e pela saída do Estado de grande parte das regiões Norte e Central do país. Na realidade, foi graças à revolução de março de 1991 que o Mali entrou na era da democracia, resultando na introdução do sistema multipartidário, na realização de eleições livres e transparentes, no estabelecimento e na consolidação de diferentes instituições da República, na separação efetiva dos poderes, na liberdade de expressão, na proliferação de sindicatos e associações, no aprofundamento da descentralização etc.

A crise de março de 2012, que resultou na tomada do poder pelo exército teve consequências sociopolíticas, econômicas e sociais para o país como um todo.

No plano sociopolítico, ao mesmo tempo em que as dúvidas se exacerbavam entre os cidadãos no que diz respeito à pertinência das instituições democráticas e o descrédito pelos atores do movimento democrático que se tornava evidente, testemunhava-se o forte crescimento dos movimentos políticos e religiosos populistas. No entanto, com o apoio da comunidade internacional, inicialmente na implementação das instituições de transição, o país retorna gradualmente à ordem constitucional a partir do final de 2013. Em seguida, as negociações iniciadas entre os grupos armados e o Governo levaram à assinatura, em junho de 2015, do acordo de paz e reconciliação proveniente do processo de Argel, de modo que sua implementação começou com uma perspectiva de profunda reconstrução política e institucional do país.

No plano social, a pobreza segue sendo um problema de maior importância no Mali, que tinha quase metade da população (46,9%) vivendo abaixo da linha da pobreza em 2014.¹ De acordo com a classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2015, o Mali está no 173º lugar no mundo, com relação aos 177 países listados, com um IDH de 0,32. O Produto Interno Bruto (PIB) é de 460 dólares por habitante e a expectativa de vida é de 53 anos. O índice de alfabetização é de 16% para as mulheres e de 32% para os homens.

Os efeitos da crise sociopolítica e o clima de insegurança afetaram particularmente as regiões do norte e do centro, gerando inclusive o deslocamento em massa da população, a perturbação dos circuitos econômicos e a destruição das infraestruturas sociais básicas. Na realidade, a população dessas áreas está entre as que mais sofreram com os efeitos das mudanças climáticas, da insegurança alimentar e nutricional e da pobreza.

No plano econômico, devido à crise, o país viveu recessão entre 2011 e 2012, com crescimento passando de 2,7% a 0,0% durante os dois anos. Apesar disso, em 2013 uma recuperação foi mostrada com uma taxa de crescimento de 2,3% em 2013, 7% em 2014, 6,0% em 2015 e 5,3% em 2016.²

1 A pobreza teve crescimento, em pontos percentuais, passando de 41,7% em 2011 para 42,7% em 2012 (Fonte: FMI (2013), Plano de Recuperação Sustentável do Mali 2013-2014), em seguida um leve declínio a partir de 2013.

2 Fonte: INSTAT, Contas Nacionais (nova série de contas econômicas).

1.2. Visão geral da estrutura de produção e do emprego e as características do setor do algodão

A economia do Mali é dominada essencialmente pelo setor primário e pelo setor terciário. O setor primário contribuiu com uma média de mais de 40% do PIB no período de 2012-2014, e de cerca de 35% para o setor terciário e 17% para o setor secundário. O setor primário consiste principalmente na agricultura e pecuária. Nos últimos 5 anos, o milho painço e sorgo representaram em média 42% na formação do PIB, e de 35% para a pecuária, 29% para o arroz, 28% para o milho e 10% de algodão (INSTAT, 2012, 2013, 2014, 2015).

O setor terciário é dominado por subsectores do comércio, transportes, telecomunicações e administração pública. O subsector de telecomunicações em particular cresceu rapidamente nas últimas décadas, graças ao desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação (TIC).

O setor secundário, com cerca de 20% na formação do PIB, continua fraco. Inclui principalmente os produtos oriundos de extração, construção e obras públicas, indústrias têxteis, agroalimentos, eletricidade e água. Atrás durante longo tempo, teve crescimento a partir do ano 2000, principalmente devido ao aumento na produção de ouro e do curso mundial deste metal, bem como a retomada da produção de algodão nos últimos 3 anos.

Com relação ao emprego, as estatísticas de 2010 (DOEF/ANPE) mostram a relação emprego/população ou de taxa de ocupação da ordem de 65% para a zonas rurais e de 49% em áreas urbanas. Os jovens da faixa etária dos 15-24 anos que não estão nem empregados, nem fazendo parte do sistema educacional representam 12% desta parcela situada em zonas rurais e de 9% em áreas urbanas. Dependendo do gênero, eles representam 7,8% para os homens jovens e 13,9% para as mulheres jovens. Quanto aos de 15-35 anos, esses percentuais foram de 12,2% em áreas rurais e 10,3% em áreas urbanas.

O nível de desemprego é importante, uma vez que, nesse mesmo ano, chegou a 8,3% do total da população ativa (6,2% para os homens e 11,4% para as mulheres). Quanto aos jovens de 15-24 anos de idade, foi de 10,9%, dos quais 7,8% homens e 14,5% mulheres. Com relação ao nível de instrução, cerca de 45% dos candidatos a emprego têm nível secundário e 20% nível superior. A duração do período de desemprego é relativamente longa, sendo que mais de nove a cada dez (95,8%) estão desempregados há mais de um ano.

Quanto às pessoas com ocupação, a maioria se encontra no setor informal. Na verdade, a taxa de emprego informal foi de 88,0% no total, com 86,4% de homens e 90,6% de mulheres. Em relação ao local de residência, os empregos informais representam 92,9% dos empregos nas zonas rurais e 68,4% nas áreas urbanas. Quanto ao trabalho assalariado no setor não agrícola, eles representam apenas 13,2% nas áreas rurais e 34,5% nas áreas urbanas.

Algumas características do setor do algodão

O cultivo do algodão cobre majoritariamente a parte sul do país, também conhecido como Mali-Sul que possui cerca de 4 milhões de habitantes e mais de 170.000 propriedades que praticam tal cultivo. Esta parte do país é também a primeira zona de produção agrícola do país. Ela garante toda a produção nacional de algodão.

Grau de associação entre o algodão, o desenvolvimento econômico e o emprego rural

O algodão continua sendo a principal cultura industrial do país. Sendo assim, influencia fortemente vários setores da economia.

A influência das zonas algodoeiras na agricultura e pecuária

Grças ao cultivo do algodão, a zona de produção apresenta-se como zona agrícola privilegiada no Mali. É a mais bem equipada em material agrícola e os produtores são beneficiários de linhas de crédito para a compra de insumos agrícolas e recebem apoio técnico adequado. Assim, praticamente todas as atividades de produção das populações rurais da zona são fortemente dependentes do algodão, e sua contribuição para o PIB depende da

produção de algodão saudável. Na realidade, o algodão é o motor do desenvolvimento de outras culturas, promovendo a sua intensificação. Além disso, os produtores de algodão têm grande rebanho de gado, em particular. Gado que não é só para práticas agrícolas (tração animal, mas também para fazer economias in natura.

A base da indústria têxtil e das unidades de processamento de subprodutos

A semente do algodão é comprada pela Companhia Malinesa de Desenvolvimento Têxtil (CMDT) para os produtores e transformada em fibra de algodão. A atividade industrial do país é baseada na produção de fibra de algodão por meio de um parque de 18 usinas de descaroçamento em atividade, localizadas nas principais áreas de intervenção da companhia. As unidades de descaroçamento de algodão representam aproximadamente 80% do valor agregado das indústrias têxteis. Além disso, cerca de 50 pequenas unidades de transformação da semente do algodão em óleo alimentar e ração para gado estão em funcionamento nas principais áreas de descaroçamento de algodão. Seu crescimento tem sido impulsionado pela liberalização da venda da semente que também levou ao fechamento das principais unidades industriais que detinham o monopólio.

Transporte de mercadorias

Como se trata de um país sem litoral, o escoamento da fibra de algodão é garantido por via terrestre e férrea, rumo aos portos de embarque de Abidjan, Dakar e Lomé. Esses portos são também o ponto de embarque de grande quantidade de insumos agrícolas importados, destinados a diversas áreas produtoras de algodão do Mali. É importante acrescentar que o transporte do algodão em caroço, dos locais de produção para as usinas de descaroçamento, é também uma demanda significativa para o setor de transporte. O transporte desses produtos é assegurado em parte pela CMDT que tem um parque de estacionamento, transportadoras privadas e ferrovias.

Cultivo do algodão e desenvolvimento do crédito agrícola

O cultivo do algodão foi, sem dúvida, fator importante para a expansão do crédito agrícola. Isso resultou no desenvolvimento de bancos de microfinanças nessas áreas, assim como a proliferação de caixas de poupança e de créditos para o financiamento de safras agrícolas, equipamentos para os agricultores e a realização de várias atividades geradoras de rendimento etc.

Criação de empregos e distribuição de renda na cadeia produtiva do algodão

A cadeia produtiva gera empregos, especialmente nas usinas de descaroçamento e beneficiamento, pagando valor significativo de renda para os produtores de algodão em caroço.

Tendências da produtividade do trabalho em comparação com outros setores

Em termos de produtividade do trabalho, o arroz e milho são culturas que competem com o algodão. A produtividade por hectare é, em média, 2,8 toneladas e 2,2 toneladas nos últimos 10 anos, respectivamente, para o arroz e milho, e de 0,9 tonelada de algodão. Em contrapartida, as outras culturas secas (painço e sorgo) indicam rendimentos médios quase semelhantes aos da cultura do algodão. O maior nível de produtividade do arroz é explicado, principalmente, pela intensificação desta cultura, que se tornou possível por meio da gestão da água, prática de transplante, uso de sementes melhoradas e fertilizantes. Para o cultivo do milho, praticado na mesma zona agroecológica do algodão, percebe-se que responde bem aos fatores de intensificação (sementes melhoradas e fertilizantes, notadamente), ao contrário de outras culturas de sequeiro (algodão, milho e sorgo), cuja produção fica estagnada ou até mesmo baixa (algodão) ou que tiveram uma leve evolução ao longo dos últimos 10 anos.

A produtividade do algodão tem sido particularmente afetada pelas crises quase cíclicas que esta cultura conhece, bem como pela tendência de queda na fertilidade do solo (FOK, 2007).



Propriedade fundiária e o estatuto de direitos dos usuários da superfície dedicada à produção de algodão

Em áreas de produção de algodão, assim como em outras áreas de cultura de sequeiro, o sistema de posse da terra é regido por regras tradicionais, a despeito da existência de textos modernos. As terras de cultivo pertencem ao patrimônio fundiário da comunidade por meio das várias linhagens que a compõem. Cada uma das principais linhagens administra uma parte deste patrimônio comunitário de acordo com as regras habituais definidas quanto ao acesso aos recursos fundiários. Essas regras estabelecem também: (i) as condições de atribuição de lotes para os membros da linhagem; e (ii) as condições de financiamento e retirada de terras de cultivo para membros de outras linhagens e a gestão de eventuais conflitos. São cada vez mais recorrentes os casos de restrições, relacionados com a disponibilidade de terra cultivável ou fértil nas antigas bacias de algodão, resultando na migração agrícola, a prática da intensificação pelo aumento do teor de matéria orgânica e técnicas de restauração do solo, mas também por conflitos sociais.

Abastecimento de água, custos e adequação das áreas de produção do algodão

A área de produção do algodão representa pouco mais de 6% do território nacional para 18% da população do Mali (RGPH, 2009). É a mais populosa e próspera em termos de agricultura. O clima e tipo de solo são particularmente adequados para a agricultura, ainda que a queda contínua do índice pluviométrico represente algum risco para a continuação dos sistemas de cultivo pluvial dominantes. Além disso, a pressão fundiária é cada vez mais forte nas antigas bacias de algodão, onde quase toda a terra cultivável já é cultivada.

O tamanho médio das propriedades variou entre 8,9 ha, dos quais 3,1 ha de algodão (2003/2004) e 7,04 ha, dos quais 2,2 ha de algodão (2009-2010 campanha) (GERONIMI *et al.*, 2013).

Os custos de produção de algodão em caroço também variam dependendo do tipo de propriedade, produtores e épocas. Estão incluídos principalmente os custos dos insumos (sementes, fertilizantes, inseticidas, fungicidas e herbicidas), representando mais de 43%, a mão de obra (família e contratados) representando 55% e a amortização de material e equipamento agrícola o restante³.

1.3. Tendências mundiais e nacionais na produção e comércio do algodão

1.3.1. Tendências de produção, valor de exportação/importação do algodão

O algodão é cultivado nos cinco continentes e em uma centena de países (CIRAD, 2006). A evolução da produção mundial de fibra de algodão mostra tendência global de queda ao longo dos últimos seis anos, com 22,95 milhões de toneladas métricas em 2016-2017 (projeção) e de 27,838 milhões em 2011-2012; 26,809 milhões em 2012-2013; 26,228 milhões em 2013-2014; 26,113 milhões em 2014-2015 (projeção); e 22,03 milhões em 2015-2016 (projeção IAC, abril de 2016). Só a China produziu 27% da produção mundial em 2011-2012, seguida pela Índia com 22% e os Estados Unidos com 12%. Em 2016-2017 (projeção), a participação desses países na produção mundial que totaliza quase 62%, é de 28% para a Índia e de 20% para a China e mais de 13% para os Estados Unidos.

Quanto ao consumo, ele evolui de vento em popa com um total de 23,89 toneladas métricas em 2016-2017 e de 22,784 milhões em 2011-2012; 23,563 milhões em 2012-2013; 23,880 milhões em 2013-2014; 24,336 mi-

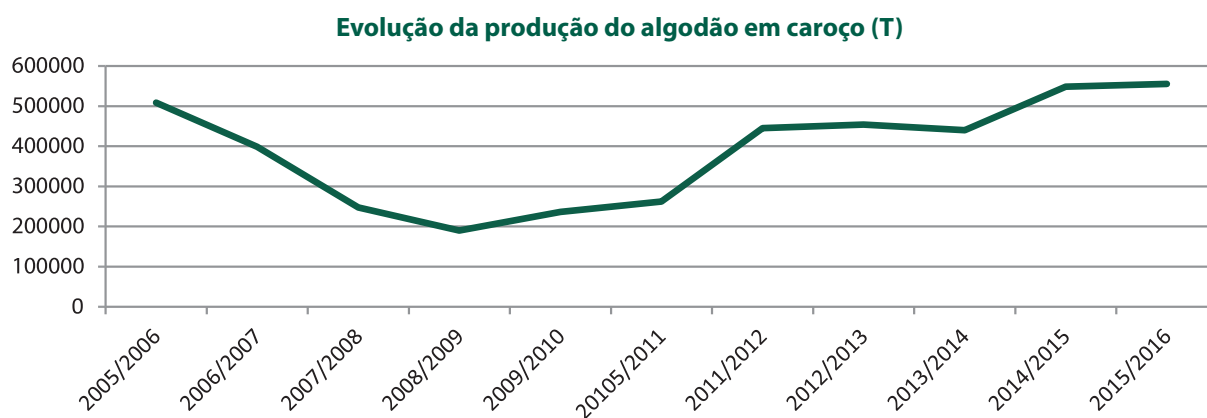
3 A título de exemplo, os custos de produção do algodão foram estimados em torno de 173.000 FCFA/ha (B. Koné, 2014) ou 230.000 FCFA/ha (V. GÉRONIMI *et al.*, 2013) e ao equivalente de 341 kg de algodão em caroço ou 80.987,5 FCFA pela CMDT, mas sem a valorização da mão de obra em 2016. Os custos variam entre 75.000 FCFA/ha e 134.000 FCFA/ha para os insumos, entre 95.000 FCFA e 120.000 FCFA para a mão de obra e entre 40.000 FCFA e 50.000 FCFA para amortização do material.

lhões em 2014-2015; e 23,80 milhões em 2015-2016 (ICAC, abril de 2016). China, Índia e Paquistão são os maiores consumidores do mundo, com 28,25%, 22,9% e 9,29%, respectivamente, da produção mundial de 2016-2017 (projeção), segundo a mesma fonte.

Quanto às exportações e importações, cerca de um terço da produção de algodão é comercializada internacionalmente. As tendências de evolução destes dois parâmetros estão em baixa, tendo para as exportações 7,49 toneladas métricas em 2016-2017 (projeção) e de 10,022 milhões em 2012-2013; 9,012 milhões em 2013-2014; 7,701 milhões em 2014-2015; e 7,40 milhões em 2015-2016 (projeção). Os dados de importação indicam 7,49 toneladas métricas em 2016-2017 (projeção) e de 7,79 milhões em 2012-2013; 8,722 milhões em 2013-2014; 7,6 milhões em 2014-2015 e 7,4 milhões em 2015-2016 (projeção) (ICAC, abril de 2016). Os primeiros principais exportadores de algodão são os Estados Unidos, a Índia e os países da FCFA, enquanto os principais importadores são a China, Vietnã, Bangladesch, Indonésia e Turquia.

Nacionalmente, a produção de algodão em caroço, estimada em 513,5 mil toneladas para o ano safra de 2015-2016, tem aumentado desde a safra 2009-2010, depois de baixa significativa de mais de um terço de 2005-2006 a 2008-2009, conforme indicado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Evolução da produção de algodão em caroço



Fonte: CPS_EAC, 2016

A produção de fibra de algodão teve a mesma tendência de evolução com 215,6 mil toneladas durante a safra 2015-2016, uma vez que, em 2008-2009, ela caiu para 85.000 toneladas.

O valor do algodão em caroço pago ao produtor é, em média de 89 bilhões de FCFA pagos aos produtores de algodão durante o período de 2006-2007 a 2015-2016 (CMDT, Balanços de campanha). Segundo a mesma fonte, ele foi de 124,5 bilhões em 2015-2016 e de 128,9 bilhões no ano anterior; 122,4 bilhões em 2011-2012 e 40,2 bilhões em 2008-2009. O faturamento com a fibra foi 183,3 bilhões em 2015-2016 e de 184,4 bilhões em 2014-2015; de 231,9 bilhões em 2011-2012 e de 62,4 bilhões em 2008-2009.

O faturamento total, incluindo a venda da semente, foi 207,9 bilhões em 2015-16 e de 211,1 bilhões no ano anterior; e de 253,9 bilhões em 2011-2012 e de 71,3 bilhões em 2008-2009.

As indústrias têxteis e o artesanato são pouco desenvolvidos no Mali. Assim sendo, 98% da produção nacional de fibras é exportada para o mercado internacional e cerca de 2% são utilizadas no mercado nacional (CMDT, Balanços de campanha).

1.3.2. Tendências de produção, de valor, das exportações/importações e do consumo interno de produtos agrícolas alternativos: arroz e milho

Os cultivos alternativos do algodão são o arroz, em nível nacional, e o milho, na região Sul do Mali, com área correspondente à da produção de algodão.

O Milho

Estima-se que a produção mundial de milho é de 843 milhões de toneladas em 2013-2014 e de 866,7 milhões em 2011-2012. Os maiores produtores são Estados Unidos, Brasil, Argentina e Ucrânia.⁴ Com 40% da produção mundial, os Estados Unidos são também o maior exportador de milho do mundo. A produção teve baixa nos últimos três anos, principalmente por causa da redução de cultivares e da baixa produtividade. A produção teve queda de 5% de um ano para outro.

No âmbito nacional, a produção de milho no Mali está estimada em 2,2 milhões de toneladas. Ela está em alta desde a safra agrícola de 2008-2009, quando chegou a 7 milhões de toneladas (Fonte: CPS/ SDR_EAC, 2016). Essa produção está intimamente ligada à de algodão, uma vez que se beneficia com o efeito dos fertilizantes utilizados. Devido à sua rentabilidade econômica e sua utilização na alimentação humana e animal, o milho tem um importante papel na vida do produtor e do consumidor, para a segurança alimentar em curto e médio prazo e para a diversificação e aumento dos rendimentos rurais.⁵

O valor da produção durante os últimos 10 anos teve uma média de 125 bilhões de francos CFA ao ano.⁶ Quase toda a produção destina-se ao consumo interno e as importações são quase inexistentes.

O Arroz

A produção mundial de arroz está estimada em 479,2 milhões de toneladas em 2014, sendo que mais da metade é fornecida pela China e Índia. Esta produção tem aumentado constantemente ao longo de mais de uma década. Em 2003, era de 395 milhões de toneladas; em 2011, de 459,7 milhões de toneladas; e em 2012 de 463 milhões de toneladas.⁷ A maior parte desta produção é consumida nos países produtores. Na realidade, apenas uma pequena parcela, cerca de 4% ou seja, 19,2 milhões de toneladas desta produção foi comercializada no mercado mundial em 2014, e 29,9 milhões de toneladas em 2008⁸. A queda no comércio se explica por um lado pela baixa disponibilidade observada na maioria dos países exportadores e, por outro lado, pelas restrições às exportações. Nota-se uma tendência de estagnação em termos de rendimento da produção de arroz no mundo.

Nacionalmente, a produção de arroz é estimada em 2,3 milhões de toneladas para o ano safra de 2015-2016 e de 0,9 milhão de toneladas para 2006-2007 (CPS_EAC, 2016). De forma geral, ela conhece um aumento constante e significativo, com média de 6% ao ano nos últimos 10 anos. Este aumento se explica por um aumento no ordenamento das superfícies, mas sobretudo por uma liberalização do setor e da prática de intensificação em muitos perímetros que se tornaram bem mais seguros, além da política de subsídios para insumos e equipamentos.

O valor da produção ao longo dos últimos 10 anos é em média de 264 bilhões de incluir ao ano⁹. Quase toda a produção de arroz é destinada ao consumo, com uma taxa de cobertura da ordem de 95% das necessidades nacionais em 2016. O volume de arroz importado varia ligeiramente entre 150 e 250 mil toneladas em 2006 e 2010, respectivamente (CPS_EAC, 2016).

4 Disponível em: <www.planetoscope.com/cereales/193-production-mondiale-de-mais.html>.

5 A segunda principal cultura em termos de plantio nas áreas algodoceiras CMDT e OHVN (MARIKO et al., 1988).

6 Cálculo do autor sobre a base de 145 FCFA pelo preço do kg de milho ao produtor.

7 Disponível em: <www.planetoscope.com/cereales/193-production-mondiale-de-riz.html>.

8 *Idem*.

9 Cálculo do autor sobre a base de 145 FCFA pelo preço do kg de arroz ao produtor.

1.3.3. Participação na cadeia de abastecimento mundial

A participação da produção de algodão no Mali na cadeia de abastecimento global é muito baixa. A fibra Malinense possui cerca de 1% da produção em nível mundial em 2015-2016 e de 0,5% durante os anos de 2009-2010 e 010/2011.¹⁰

Quanto às exportações mundiais, em 2015/2016 elas representaram 2,7% e de 2,2% em 2011/2012 e 1,3% em 2008/2009. Os produtos derivados de algodão tais como as sementes, óleo comestível, tortas, alimentos para o gado e os tecidos que merecem ser destacados mesmo que as estatísticas nacionais sejam insuficientes e insignificantes a nível global.

As sementes de algodão para descaroçamento representam entre 51 e 53% da quantidade de algodão em caroço produzido. Cerca de 11%, é mantido como semente e o resto, pouco menos de 90%, abastece as unidades de trituração e fabricação de tortas.

1.4. As tendências mundiais e nacionais do comportamento do emprego

O relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2016¹¹ mostra aumento do desemprego no mundo devido à desaceleração econômica persistente, particularmente nos países emergentes e em desenvolvimento. Já em 2015, o número de desempregados foi estimado em cerca de 197,1 milhões de pessoas – quase 1 milhão a mais que no ano anterior e mais de 27 milhões a mais do que antes da crise de 2008. Na verdade, este aumento do número de desempregados seria proveniente principalmente de algumas economias emergentes do continente Latino-Americano, da Ásia (incluindo China), alguns países exportadores de petróleo árabe e em desenvolvimento.

Outras informações que constam no relatório, mostram que o aumento do desemprego tornou os postos de trabalho existentes cada vez mais vulneráveis em todo o mundo. O percentual de emprego vulnerável cairia menos do que o previsto. Este tipo de emprego diz respeito a 1,5 bilhão de pessoas, quase a metade (46%) do emprego total, sendo principalmente os trabalhadores do Sul da Ásia e África Subsariana, onde mais de 70% são afetados. Além disso, mais do que os homens, as mulheres são afetadas pela diminuição da qualidade do emprego, com um risco de 25-35% mais elevados de terem empregos vulneráveis, notadamente em certos países da África (do Norte e Subsariana) e países árabes.

Quanto às perspectivas, o relatório mostra aumento contínuo do número de desempregados durante os próximos dois anos, especialmente nos países emergentes, devido aos efeitos retardados da crise na economia mundial em 2015 sobre o mercado de trabalho. As últimas projeções de crescimento mostram que o número de desempregados no mundo deve aumentar para cerca de 2,3 milhões em 2016 e 1,1 milhão a mais em 2017. Ao mesmo tempo o subemprego deve persistir ou mesmo aumentar.

Os avanços em matéria de redução do emprego vulnerável devem persistir, particularmente nos países emergentes, onde o número deve crescer significativamente nos próximos três anos.

As consequências sociais previsíveis são: uma desaceleração no crescimento da classe média e aumento do risco de problemas sociais, particularmente em economias emergentes e em desenvolvimento. Os mesmos riscos também aumentariam na maioria dos países avançados do G20, inclusive por causa da desigualdade de renda que cresceu significativamente durante os anos de crise. Soma-se às consequências uma tendência de queda no número de trabalhadores pobres constatados antes da crise, pondo em risco os esforços empreendidos nesse sentido ao longo de décadas.

10 Estimativa do autor a partir dos dados de produção da CMDT e da previsão das exportações mundiais avaliadas em cerca de um terço da produção.

11 Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---/wcms_443504.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Portanto, parece que a escassez de empregos decentes tenha incitado vários trabalhadores a desistirem de procurar emprego, o que contribui, assim, para que haja uma tendência de estabilização ou até mesmo de diminuição do índice de atividade mundial de 62,8% em 2015 para 62,6% até 2020 e de menos ainda nos anos subsequentes.

No âmbito nacional, os dados atualizados sobre a situação do emprego e as tendências para os próximos anos não estão disponíveis. No entanto, as informações fornecidas pelo Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho (SIMT) retiradas do Programa de Trabalho Decente por País (PTDP) e atualizadas,¹² indicam forte pressão pela demanda de emprego, exercida tanto sobre os Serviços Públicos de Emprego (SPE) como sobre a economia nacional e seu conjunto.

O Relatório do Plano de Promoção do Trabalho Decente (PPTD) informou que a taxa de ocupação em 2010 era de 65,17% em áreas rurais e de 49,11% em áreas urbanas, tendo disparidades regionais significativas, principalmente relacionadas à taxa de atividade. Essa taxa era de 68,7% na região de Gao e de 82,8% e 91,5%, respectivamente, nas regiões de Mopti e Timbuktu.

De acordo com as faixas etárias, a dos 15 a 24 anos de idade que não estão no sistema educacional e não exercem atividade alguma representa 12% desta faixa localizada em zonas rurais e 9% em zonas urbanas. Quanto à faixa etária com mais idade, de 15 a 35 anos de idade, as proporções são também de 12,24% em áreas rurais e 10,33% e em áreas urbanas. De acordo com o gênero, a proporção de jovens de 15-24 anos de idade que não possuem emprego e não estão no sistema educacional representa 7,8% de homens e 13,9% de mulheres.

O PTDP traz outras informações sobre o nível elevado de desemprego e subemprego que atinge cerca de 8,3% da população ativa (6,2% de homens e 11,4% de mulheres) em 2010 e as projeções indicam tendência de agravamento dessa situação devido, notadamente, ao aumento da demanda de emprego por meio dos fluxos maciços de jovens que chegam a cada ano no mercado, aos efeitos persistentes da crise político-securitária e institucional desde 2012 e finalmente às dificuldades de implementação do acordo de paz e reconciliação, oriundo do processo de Argel.

As informações da Agência Nacional pelo Emprego (ANPE) citadas no PTDP mostram que cerca de 45% dos candidatos a emprego têm nível secundário de estudo e 20% possuem nível de educação superior. A duração do desemprego é relativamente longa, sendo que nove em cada dez (95,8%) estão desempregados há mais de um ano.

Note-se que a demanda de trabalho é cada vez mais alta, enquanto a oferta de trabalho continua a ser baixa, muito longe de absorver os grandes fluxos de jovens que chegam a cada ano no mercado. Isto confirma os resultados relatados acima quanto à maioria dos países em desenvolvimento. No Mali, em particular, o setor industrial está muito enfraquecido e a maioria das empresas existentes são pequenas e médias empresas (PME) e enfrentam restrições estratégicas significativas que pesam tanto na competitividade quanto na capacidade de absorção dos enormes grupos de pessoas que procuram emprego.

As perspectivas atuais indicam que certo número de iniciativas está em curso no contexto de saída da crise. Elas constituem várias oportunidades de emprego, especialmente para os jovens por meio de programas de reconstrução das infraestruturas danificadas pelos conflitos, restauração de edifícios públicos com o financiamento do Sistema das Nações Unidas, reflorestamento, ordenamento de sistemas de irrigação agrícola etc. Além disso, vários programas estão em curso e referem-se a obras públicas baseados nos métodos HIMO¹³ (alta intensidade em mão de obra), no desenvolvimento rural e nos empregos rurais, no desenvolvimento de competências e no emprego para a Juventude etc.

12 República do Mali, Organização Internacional do Trabalho. *Programa País de Promoção do Trabalho Decente*. Programa de recuperação sustentável do Mali, 2016-2018, junho 2015.

13 Sigla do francês : haute intensité de main d'œuvre.

1.5. Avaliação dos ganhos e dos benefícios reais de eficiência nos diferentes níveis da cadeia de abastecimento do algodão

A renda média do algodão em caroço evoluiu bastante ao longo dos últimos cinco anos como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Evolução da renda média do algodão em caroço

Safra	2015-2016	2014-2015	2013-2014	2012-2013	2011-2012
Preço de compra cg (CFA/kg)	242,5	235	255	255	275
Produtividade (kg/ha)	942	1 016	918	862	931
Renda bruta (CFA/ha)	228 435	238 760	234 090	219 810	256 025

Fontes: CMDT, serviço de controle e gestão, 2016

A renda bruta média durante esse período foi de 235.424 FCFA com um máximo de 256.025 FCFA em 2011-2012 e um mínimo de 219.810 FCFA no ano seguinte. Esta tendência é explicada pela combinação de dois fatores: (1) a variação anual da produtividade por hectare, ligada a outros fatores complexos (clima, variedades utilizadas, conformidade com procedimentos técnicos etc.); e (2) a variação do preço de compra de sementes de algodão em função do mercado mundial do algodão.

Segundo uma estimativa das margens líquidas de valores positivos, temos:

- 576.157 FCFA por propriedade com valorização da mão de obra familiar;
- 101.186 FCFA por ha com valorização da mão de obra familiar.¹⁴

A evolução do nível de renda observada está em alta após declínio entre 2004-2005 e 2008-2009, em várias bacias de algodão da África Ocidental. Esta alta está muito relacionada com o aumento dos preços do algodão pagos aos produtores e os subsídios de fertilizantes, portanto fatores que levaram a crescimento das superfícies (KONÉ, 2016).

Na cadeia produtiva, a CMDT obteve, durante vários anos, uma série de resultados negativos a partir da queda crônica do preço da fibra de algodão no mercado mundial e das safras ruins, causadas por chuvas irregulares. Com a recuperação da cultura do algodão em 2011-2012 e dos incentivos oferecidos aos produtores, somados à evolução favorável no comércio mundial da fibra, o resultado da CMDT melhorou significativamente, como mostra a tabela seguinte.

Tabela 2 – Evolução nas contas de exploração da CMDT

Safra agrícola	2015-2016	2014-2015	2013-2014	2012-2013	2011-2012
Total receitas	911	824	1 004	960	1121
Total despesas	219,35	200,89	201,47	173,43	317,75
Resultados líquidos	691,65	623,11	802,53	786,57	803,25

Fonte: Nossos cálculos a partir dos dados da CMDT, 2016

14 KONÉ, B. *op. cit.*

1.6. Crescimento demográfico

O censo geral da população e habitação de 2009 indicou que a população total do Mali é de 14.160.000 habitantes (INSTAT, 2009). O resultado mostrou taxa de crescimento anual elevada, de 3,6% (INSTAT, 2009), superando todas as previsões da época.¹⁵ Os resultados das perspectivas demográficas do Mali durante o período 2010-2035 estimam população residente de mais de 18 milhões em 2016 e 20,9 milhões para 2020. Esse rápido crescimento demográfico que foi recentemente acelerado é o resultado de queda mais forte que o esperado na mortalidade, do nível de fertilidade muito elevado que se manteve (média de 6,4 filhos por mulher) e, nos últimos anos, o provável retorno de migrantes de longa data e a aglomeração, dada a dificuldade de emigração.

Essa população é particularmente jovem. A repartição por idade mostra que a proporção de 65 anos de idade ou mais é de apenas 3,6% e de 50,2 para a faixa etária de 15-64 anos e 46,3% para os menores de 15 anos de idade (INSTAT, 2011).

Além disso, o crescimento da população rural também permanece forte, da ordem de 2,2% (ver figura 8), ao passo que representa 67% da população do país (Banco Mundial, 2012). Isso mostra o grande desafio que a agricultura representa para o futuro do país.

Esse crescimento demográfico muito rápido, combinado com a população jovem e o fraco desempenho agrícola, trouxe precarização das condições de vida e agravamento do êxodo rural. O êxodo rural dos jovens, principalmente das grandes cidades (Bamako e capitais regionais) em busca de empregos bem remunerados deve crescer. O número de pessoas que chegam no mercado de trabalho e que os centros urbanos não conseguiram absorver foi estimado em 278 mil em 2010; eles serão 430 mil em 2030 (MEFP, 2011).

1.7 O papel do setor privado como motor de desenvolvimento do setor agrícola e a necessidade de estabelecer ambiente de políticas agrícolas e de negócios

A maioria dos setores de atividade no Mali – como agricultura, mineração, energia, turismo, novas tecnologias de informação – está aberta ao investimento privado e regida por um Código de Investimentos, adotado em 2012. No entanto, alguns setores como pesquisa e exploração petrolífera, mineral e atividades exclusivamente comerciais estão sujeitos a regulamentações específicas e são regidos respectivamente pela Lei petrolífera, pelo Código de Mineração e pelo Código Comercial. O conjunto desses textos oferece marco institucional, legal e regulamentar junto aos investidores, que incentivam a concorrência e a participação do setor privado em quase todas as áreas.¹⁶

A despeito dos esforços mantidos por uma política destinada a melhorar o clima de negócios e atrair capital estrangeiro por meio de medidas de incentivos fiscais e regulamentares e pela criação de uma Agência de Promoção dos Investimentos que apoia os investidores com um guichê destinado a formalidades de registo e criação de empresas (o período de criação de empresas foi reduzido para 3 dias), a atratividade do Mali para o capital estrangeiro continua a ser modesto. O Mali foi classificado como 155 dos 189 países classificados em 2014 e depois 143 em 2016 entre os 189 países no *ranking Doing Negócios* do Banco Mundial.

As principais áreas de interesse para os investidores são a mineração (garimpo e exploração de petróleo), os bancos e têxteis.

Com relação ao âmbito da agricultura, o Governo do Mali e os parceiros técnicos e financeiros colocam muitas esperanças neste setor como sendo o motor de desenvolvimento do país. Assim, as despesas totais do Estado com o setor rural e agrícola e rural aumentaram significativamente nos últimos anos, 82% entre 2004 e 2010.

15 O Banco Mundial estimava 2,75% em 2009 (Banco Mundial).

16 Disponível em: <<http://maliactu.net/mali-investissements-et-relance-economique-le-secteur>>.

A parcela do orçamento total gasto na agricultura está abaixo de 10% durante este período (SPAAA, 2012), tal como previsto na declaração de Maputo de 2003.¹⁷

No âmbito legislativo, regulamentar e institucional, a Lei de Orientação Agrícola (LOA), adotada em 2006, prevê a estruturação e modernização da agricultura familiar e propriedades agrícolas, tornando-as competitivas e integradas com a economia sub-regional, estimulando o emprego nas zonas rurais. Isso requer uma abertura por parte Estado e o apoio ao produtor agrícola, ao setor privado e associações.

A Política de Desenvolvimento Agrícola (PDA), veio com a LOA e foi adotada em 2013. Entre suas orientações estratégicas estão o desenvolvimento dos investimentos no setor agrícola, com vistas a modernizar a agricultura familiar e a empresa Agrícola para o surgimento de um setor agroindustrial estruturado, competitivo e integrado na economia sub-regional. Uma das medidas de incentivo previstas para o setor é a simplificação dos procedimentos para o estabelecimento de títulos fundiários e de arrendamentos a longo prazo para os produtores agrícolas.

1.8. A necessidade de programas sociais para a população vulnerável

A população Malinesa é, de forma geral, muito pobre com 43,6% vivendo abaixo da linha de pobreza nacional em 2011, fixada em 172.000 francos CFA (INSTAT, 2011). De acordo com estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU Escritório do Relatório Mundial), o IDH do Mali é de 0,344 em 2012, classificando o país entre os menos desenvolvidos.

A proporção de pobres é maior nas áreas rurais, sendo 50,6% e de 30,7% nas áreas urbanas e 9,6% na capital, Bamako (INSTAT, 2011). As populações rurais, em particular, são regularmente submetidas a várias dificuldades, entre as mais frequentes: secas, inundações, pragas e doenças na criação de animais, além da crescente insegurança desde 2012 (Estudo SAP, 2016). As dificuldades recorrentes somadas à fraqueza dos mecanismos existentes de prevenção e gestão de riscos e de fortalecimento da resiliência, provocam deterioração das condições de vida das populações, incluindo as rurais e periurbanas, aumentando a vulnerabilidade de forma significativa.

Entre os grupos mais vulneráveis, são citados: (i) agricultores cuja atividade é dirigida para a produção de alimentos em áreas de alto risco climático; (ii) pastores nômades destas áreas; (iii) pequenos produtores de hortaliças e outros produtores em áreas periurbanas e rurais que enfrentam problemas fundiários; (iv) artesãos das áreas rurais e urbanas; (v) trabalhadores do setor informal nos centros urbanos; (vi) deficientes, idosos, mulheres viúvas, chefes de família, pessoas deslocadas, refugiados etc. (Estudo SAP, 2016). A soma dos grupos pobres e muito pobres, particularmente vulneráveis, representa quase 60% da população total.

Diante das dificuldades, essas populações desenvolvem estratégias que fazem geralmente parte de sobrevivência, daí a necessidade de apoiá-los por meio de programas sociais, que vão desde benefícios sociais até programas de recuperação e de desenvolvimento.

17 Está previsto pelo Governo que ela seja de 15% a partir do ano safra 2016-2017.

II. Análise das causas e tendências que afetam o déficit, os desafios e as oportunidades do trabalho decente

2.1. O emprego

2.1.1. Escalas e níveis para o emprego produtivo

O conceito de pobreza é complexo e as abordagens desenvolvidas para essa avaliação e análise são diversas. A abordagem mais corrente é baseada na definição de pobreza “absoluta” que seria aquela em que “todo indivíduo ou família que não possui renda suficiente para se reproduzir, sendo essa renda a conversão monetária o mínimo necessário de calorias para a reprodução fisiológica, acrescidas das despesas adicionais relacionadas com alojamento, transporte etc.” Mas a pobreza é sobretudo “relativa” pois, com base em uma posição do indivíduo na sociedade “seriam pobres aqueles cujo nível de renda esteja abaixo da metade, ou seja, de 40% ou 60% do rendimento mediano de acordo com as definições mais conhecidas, ou inferior à metade da renda média. A linha de pobreza relativa evolui segundo a renda mediana ou média”. Enfim, a pobreza é “subjettiva”, pois “o indivíduo que vive na sociedade se posiciona em relação aos outros e o nível de renda que ele recebe é comparado com a que os outros recebem. Se for relativamente muito baixo, o indivíduo sofre frustrações por não poder acessar uma gama de produtos que os outros podem comprar”.

No Mali, estudos sobre a pobreza trataram de diferentes formas:

- A pobreza das condições de vida, traduzida como uma situação de escassez em relação às necessidades básicas de alimentos, água potável, habitação, educação e saúde;
- A pobreza monetária ou de renda, que é expressa por uma insuficiência de recursos que geram consumo insuficiente para o bem-estar de uma pessoa; um dos indicadores de pobreza é a linha da pobreza calculada a partir das despesas da família;
- A pobreza potencial, caracterizada pela falta de capital (acesso à terra, equipamentos, crédito, emprego etc.).

Outros estudos centraram-se nas percepções que as pessoas têm da pobreza, referindo-se às lacunas que impedem um indivíduo de viver de forma adequada de acordo com seu ambiente social, ou relativa a bens, serviços e outras considerações julgadas como suficientes para o bem-estar social. A pobreza consiste, portanto, na não satisfação de uma série de necessidades. De acordo com a Direção Nacional de Estatísticas e Informações (DNSI), a população possui sete necessidades que podem ser classificadas em dimensões: a dimensão de não satisfação das necessidades básicas, a dimensão de uma situação de exclusão, a dimensão de uma má situação econômica, a dimensão de não acesso ao capital (terra, equipamento, crédito).

O tamanho de não satisfação das necessidades básicas refere-se à incapacidade de uma pessoa ou uma família de satisfazer suas necessidades de alimentação, saúde e educação e acesso à água potável. A dimensão de exclusão de tamanho diz respeito a uma categoria de pessoas que não têm apoio familiar algum e, portanto, passam grande parte de suas vidas fora das cadeias de solidariedade social. Por conseguinte, a exclusão resulta em marginalização pela falta de qualquer tipo de apoio (crianças abandonadas, situação de rua). A dimensão

de uma má situação econômica é relativa à insuficiência de renda ou de produtos, devido à falta de equipamentos produtivos ou à falta de emprego.

- Falta de equipamentos: essa falta refere-se, ao meio rural, ao equipamento agrícola (carroça, bois de arado), aos insumos agrícolas (fertilizantes e pesticidas) e terra. Também leva em conta a infraestrutura socioeconômica coletiva (escolas, centros de alfabetização, centros de saúde). Nas áreas urbanas, trata-se da falta de capital para se envolver em atividades geradoras de renda (pequeno comércio, artesanato) ou de fatores que são necessários para toda produção e aumento da produtividade.
- Falta de emprego: o emprego é considerado como um meio de garantir uma renda regular. Assim, sua falta leva à impossibilidade de independência econômica e ao baixo poder aquisitivo.

A primeira medição da pobreza a partir de uma avaliação da linha de pobreza foi realizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INSTAT), ex-Direção Nacional de Estatísticas e Informática (DNSI) e pelo Observatório do Desenvolvimento Humano Sustentável (ODHD) em 2001, com a recente assistência técnica do Banco Mundial em 2010.¹⁸ Essa linha corresponde ao nível de renda necessária para garantir as necessidades alimentares e não alimentares de uma família. É calculado a partir de uma cesta básica de alimentos, além dos gastos com vestuário, habitação, transporte e energia, indispensáveis para a sobrevivência da família.

A primeira pesquisa mostrou que 68% dos malianos vivem abaixo da linha de pobreza estimada em 144.000 FCFA e 81% desses pobres vivem em áreas rurais e 33% em áreas urbanas. Os resultados da última pesquisa colocam a linha de pobreza em 165.431 FCFA *per capita* e por ano e a proporção de famílias abaixo deste limiar é de 43,6%.¹⁹ Finalmente, este limiar foi de 172.000 FCFA em 2011 e de acordo com estatísticas (DNPD de 2012), a incidência da pobreza aumentou entre 2011 e 2012, passando de 41,52% para 42,65 % em todo o país. Este aumento é em grande parte relacionado com os efeitos da crise sócio-política sobre a economia nacional.

Em conclusão: a linha de pobreza atual é de 172.000 FCFA e a tendência de evolução da pobreza, apesar de ainda alta, está em baixa, passando dos 68% em 2001 para 41,52% em 2011. Todavia, os efeitos combinados da crise sociopolítica de 2012 e a situação de insegurança, especialmente nas regiões do norte e do centro do país devem resultar em aumento com o decorrer dos anos, o que afetaria a metade da população.²⁰

2.1.2. Características dos trabalhadores pobres na produção de algodão

Estudos conduzidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Mali em 1997²¹ e pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) em 2001²² mostram que a pobreza não é apenas monetária. Suas abordagens enfatizam a percepção da pobreza pela população que é particularmente significativa e operacional. A mesma abordagem, utilizada pelo Instituto de Economia Rural (IER/PRIPODE, 2007), permitiu a caracterização das propriedades agrícolas na zona algodoeira do Sul do Mali.²³ Seu princípio consiste em dar aos agricultores a oportunidade de eles mesmos realizarem uma classificação dos indivíduos de acordo com critérios predefinidos por eles. Os resultados deste estudo levaram a uma classificação das propriedades de acordo com os seguintes critérios agrícolas:

18 Pesquisa Maliana de Avaliação da Pobreza (E.M.E.P.), 2001.

19 Disponível em: <http://www.bceao.int/IMG/pdf/rapport_sur_la_situation_de_la_pauvrete_dans-les-pays-de-l-uemoa.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

20 Declaração do Ministro de Finanças no programa “Questões da atualidade” da ORTM de domingo, 17 de julho de 2016.

21 PNUD, 1997, *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano*, Econômica.

22 AFD, 2001. A AFD e a redução da pobreza e das desigualdades. Nota de Doutrina sobre a redução da pobreza e das desigualdades, janeiro de 2001.

23 A mesma abordagem foi utilizada pelo Instituto de Economia Rural no estudo sobre a pobreza do Níger. (KÉBÉ D. *et al.* Étude de la pauvreté en zone Office du Niger. Institut d'économie rurale/KIT Pays Bas, maio 2005.

- Critério de autossuficiência alimentar em cereais: uma propriedade agrícola equipada consegue assegurar a alimentação de seus membros durante todo o ano a partir da sua própria produção de grãos; por outro lado, as propriedades mais pobres são aquelas que não podem garantir a autossuficiência em grãos;
- Critério de capital existente: o tamanho do rebanho, inclusive bovinos, constitui um dos critérios de apreciação da “riqueza” de uma propriedade; além do fornecimento de boi de arado e adubo orgânico para a propriedade, sendo que tal critério serve para avaliar de fora, a pobreza ou a riqueza da propriedade, frente ao tamanho do parque da propriedade;
- Capacidade produtiva: a posse de um conjunto completo de equipamentos agrícolas é um critério de diferenciação das propriedades (critério principal da tipologia da CMDT orientador de suas intervenções); equipamento completo deve ter pelo menos um par de bois de arado, uma carroça e uma semeadeira e também um arado; propriedades equipadas possuem vários acessórios e estão se tornando cada dia mais mecanizadas (trator, moto cultivador, descascadora etc.).

Esta classificação resultou na identificação de três tipos de propriedades:

- As propriedades “ricas” ou grandes: são aquelas que dispõem de pelo menos um estoque de cereais (milho, sorgo ou painço) para alimentação por, pelo menos um ano, um rebanho de gado de pelo menos 10 cabeças e de pelo menos 2 unidades de atrelagem completas;²⁴
- As propriedades “médias”: elas são apenas autossuficientes em cereais (estoque de um ano), possuem um pequeno rebanho ou nenhum rebanho, mas têm um equipamento completo.
- Propriedades “pobres” ou pequenas: eles não são autossuficientes em cereais, não estão equipadas ou têm apenas um equipamento incompleto (arado e/ou carroça, mas sem boi de arado, ou um único boi com um arado etc.), pouco ou nenhum gado.

Se as diferenças são significativas entre as propriedades ricas e pobres, a classificação é geralmente mais difícil para propriedades agrícolas médias ou intermediárias por conta dos limites, que variam em função das zonas e localidades e períodos de crise ou de aumento na produção de algodão. A estimativa da representação destas categorias indica proporção de propriedades pobres na zona CMDT entre 30 e 40%, entre 18 e 20% para as propriedades mais ricas, e entre 38 e 40% para as propriedades médias.

As propriedades pobres são quase a totalidade caracterizadas pelos mesmos critérios de falta, ou seja: a falta de autossuficiência alimentar, a falta de gado, a falta (ou insuficiência) de equipamentos agrícolas. O nível de equipamentos agrícolas e o tamanho da população das propriedades estão geralmente correlacionadas, portanto, propriedades pobres geralmente têm apenas uma quantidade limitada de mão de obra agrícola.

Uma pesquisa conduzida pelo autor com uma amostra de propriedades da cadeia produtiva CMDT permitiu identificar o seguinte perfil sociodemográfico:

- Uma população total média de dez pessoas, dos quais seis são ativos nas propriedades agrícolas pobres e de 47 pessoas, dos quais 35 são ativos nas propriedades agrícolas ricas;
- O número de adultos (acima de 18 anos de idade) é, em média, de 20 pessoas nas grandes propriedades e de 3 nas propriedades pobres;
- Todas as propriedades pobres têm um equipamento incompleto (arados com um ou sem boi ou apenas a carroça sem unidade de atrelagem), enquanto todas as grandes propriedades têm, em média, duas unidades de atrelagem;

²⁴ O tamanho mínimo do rebanho de uma propriedade privilegiada pode variar segundo a localidade, tendo 30 cabeças na antiga bacia algodoeira de Koutiala e 10 na nova zona de produção de Bougouni (IER/PRIPODE, 2007).

- As propriedades ricas têm rebanho de gado com 51 cabeças em média, enquanto as propriedades pobres têm menos de uma cabeça;
- As propriedades ricas cultivam em média 29,3 ha, dos quais 11 ha de algodão, enquanto as pobres têm 5,6 ha, com 2,6 ha de algodão;
- O tamanho médio de superfície cultivada por trabalhador é de 0,6 ha nas propriedades ricas e de 0,5 ha; a diferença entre as duas categorias de produtores seria a nível de produtividade da terra;
- A duração média de cobertura das necessidades alimentares da propriedade por produção própria é de 9 meses para propriedades pobres e das propriedades ricas de 18 meses.

Finalmente, com relação à propriedade da terra, enquanto todas as áreas cultivadas pelas grandes propriedades pertencem à família, uma proporção significativa das áreas cultivadas é emprestada de outros produtores. O empréstimo de terra é especialmente comum entre as mulheres agricultoras, agricultores migrantes e pequenos produtores.

Além disso, as causas profundas (baixa do algodão, falta de equipamento, falta de mão de obra, má distribuição de renda no setor etc.), além de causas imediatas, como a desagregação familiar ou perda de equipamentos agrícolas também contribuem para a “desclassificação” das propriedades, como evidenciado pelos seguintes relatórios:

Perda de material agrícola

“Eu herdei do meu pai um pouco de equipamentos para a produção de algodão (2 bois de aração + arado); mas já tem 10 anos que perdi meus bois, todos os 2 morreram por causa de uma doença; e desde então estou em falta de equipamentos; eu fui obrigado reduzir minha produção de algodão (de 1 ha para 0,5ha) e agora eu tenho de mandar meus filhos irem trabalhar para outros produtores e assim eles venham arar meu terreno”. **Sidiki B., pequeno produtor da vila de Zangasso, filial Nordeste CMDT.**

“Alguns anos atrás, eu tinha um pouco de equipamento, mas desde que os meus dois bois foram roubados eu me vi sem equipamento, isso era em 2010; eu fiz declarações à polícia, mas nada, de modo que o tempo passou e eu não tinha mais boi de arar e a bagunça começou; eu fui forçado a vender o arado por 40.000F para pagar os cereais. Desde que eu me encontrei nesta situação eu fiz pedidos de crédito para CMDT, mas eu não recebi nenhuma resposta. Mas eu vejo que outras solicitações são processadas e aprovadas pela CMDT para terem acesso a crédito pelo BNDA; eles não querem que eu tenha crédito porque sabem que eu sou corajoso; na verdade, é puro egoísmo”. **Modibo T., chefe de propriedade não equipada na vila de Toumoundala 01, Filial Oeste CMDT.**

Desagregação familiar na propriedade:

“Minha situação [de pobreza] é devido à grande desagregação familiar; nós éramos uma grande família de mais de 60 membros; tornou-se muito difícil para as mulheres da família e outras frustrações estavam começando a nascer; por isso, decidi separar a família antes que degenerasse. A grande família encontrava-se distribuída em 4 lares; o equipamento e campos de cultivo foram divididos, cada família ficou com uma parte, incluindo eu que tinha muito pouca mão de obra por causa do meu estado de jovem e monogâmico”. **Fatogoma T., chefe de uma pequena propriedade da vila de Zangasso, Filial Nordeste CMDT.**

“Minha situação [Pobreza] é por causa da grande desagregação familiar; no ano passado por causa de mal-entendidos sobre a gestão do dinheiro do algodão, eu sou o mais velho da família e tinha dívidas à esquerda e à direita para cobrir as necessidades da safra; após a venda do algodão todo o dinheiro ganho foi para pagamento dessas dívidas e os outros estavam descontentes e não tinham mais confiança em mim. Decidimos nos separar, dividir a propriedade, equipamentos e terras familiares. Isso me deixou impotente e sem equipamento completo. Tenho que produzir [algodão] por alguns anos, a fim de completar o meu equipamento.” **Fagnamé D. chefe de uma pequena propriedade na vila de Djikomanbolofé, Filial Oeste CMDT.**

Produzindo apenas uma quantidade limitada de grãos para consumo próprio, as propriedades pobres têm regularmente experimentando um período de vacas magras, mais ou menos longo e difícil bem antes da estação chuvosa, considerada como o período habitual de escassez.

Para lidar com este período de escassez, as estratégias são múltiplas: (i) a redução do número e/ou quantidade de refeições; (ii) a venda de animais, pequenos animais ou boi arado; (iii) a venda de equipamentos agrícolas se o período de escassez dura mais tempo ou se outras estratégias estão esgotadas (iv) a redução das refeições dos adultos em prol das crianças; (v) recorrer à solidariedade dos pais ou parentes por meio de doações ou empréstimos de cereais; (vi) o endividamento em dinheiro ou em bens junto a outros produtores; (vii) o consumo de sementes; e (viii) o envio dos filhos para trabalharem em outras propriedades. Também se observa que a migração sazonal, o trabalho agrícola remunerado, ou a venda de madeira e carvão são estratégias de enfrentamento bastante comuns entre os agricultores pobres. Finalmente, o consumo e venda de alimentos silvestres também são utilizados sazonalmente durante o período de escassez.

A falta de equipamento agrícola completo e a de mão de obra têm, como efeitos principais, o não cumprimento do calendário agrícola (para o plantio, capina e inclusive a colheita) e, portanto, a baixa da produtividade, além da diminuição da produção por conta da limitação da superfície agrícola cultivada.

O uso de equipamentos agrícolas, pelo menos para a lavoura e o respeito do calendário agrícola são essenciais para todas as categorias de propriedade, incluindo as não equipadas. As estratégias de acesso aos equipamentos para esta categoria de propriedades são, geralmente, (i) a solidariedade dos pais ou parentes; (ii) o trabalho de um filho em outras propriedades contra empréstimo de máquinas agrícolas (aração); (iii) trabalho manual oferecido (plantio, capina, colheita) contraprestação de serviços com tração animal; (iv) o aluguel de equipamento ou boi de arado; e (v) serviços pagos com equipamentos agrícolas. Além disso, o nível do equipamento e o tamanho do rebanho, além de outros indicadores de pobreza da propriedade são citados, como a quantidade de algodão produzidos, o telhado da casa em folha de metal, em vez de palha ou barro e o número motocicletas da propriedade.

2.1.3. Formalidades e informalidades, por faixa etária e sexo

A produção agrícola do Mali em geral, é assegurada pela produção familiar, uma unidade de produção “constituída por um ou mais membros unidos por **laços de parentesco ou por usos e costumes, explorando em comum** os fatores de produção com vistas a gerar recursos sob a direção de um dos membros nomeado chefe da propriedade, seja do sexo masculino ou feminino” (LOA, artigo 14). No entanto, se nos textos **não há distinção entre homens e mulheres em matéria de agricultura** familiar, as mulheres chefes de propriedade são raras em todos os sistemas de produção agrícola.²⁵ Especialmente em áreas de sequeiro, como o algodão, as regras

25 Algumas localidades organizadas para o cultivo do arroz e geridas pelo Estado têm cerca de 2,5% dos produtores do sexo feminino, na região Office do Níger.

de acesso e gestão da terra são regidas pelos costumes particularmente discriminatórios quanto às mulheres. Segundo essas regras, se a mulher pode explorar uma unidade de produção em seu nome, ela não pode ser a chefe da família ou da propriedade. A unidade que ela explora lhe é sempre atribuída seja pelo marido ou pelo chefe da linhagem. Em caso de morte do marido, a gestão das parcelas volta para o herdeiro do sexo masculino, que é o chefe da propriedade independentemente da idade.

De acordo com as estatísticas do serviço de monitoramento e avaliação da CMDT, as mulheres não têm *status* de produtoras de algodão, embora, em algumas aldeias, tenham sido identificados casos raros, (i) as viúvas que tomaram a sucessão de seus maridos, na espera de um novo casamento ou de que seu filho tenha idade de trabalhar no campo; e (ii) as mulheres que têm atribuída uma parcela por seu marido para que produzam individualmente para suas necessidades pessoais e/ou contribuição para as necessidades domésticas.

Em alguns grupos socioculturais, as mulheres dispõem de ampla autonomia na gestão de suas parcelas individuais. Elas são menos solicitadas que em outros grupos para o trabalho nos campos de cultivo comuns e não possuem obrigações monetárias no sustento das famílias, uma vez atribuídas ao chefe de família. Por essa razão, eles podem explorar parcelas de forma pessoal, com tamanho mais ou menos importante, para despesas próprias ou necessidades específicas (despesas escolares das crianças, saúde, viagens para si ou para seus filhos etc.).²⁶

Nessas áreas, a mesma autonomia é concedida aos jovens dependentes da propriedade. A organização do trabalho na unidade de produção **permite que os jovens gerenciem** sua própria parcela de produção que será utilizada para fins pessoais (comprar roupas, motocicleta, celular, viagens etc.).

2.1.4. Características do emprego e dos trabalhadores, seus níveis de competência e de produtividade

Quanto à produção, o setor do algodão se caracteriza pela predominância do emprego familiar, com unidades de produção pouco mecanizadas e de baixa produtividade.

Emprego familiar

O abastecimento na cadeia do algodão no Mali vai desde o emprego assalariado e formal nos setores secundário (unidades de descaroçamento, trituração e tecelagem) e terciário (serviços e empresas de beneficiamento do algodão) e do emprego informal, principalmente da família no setor primário (produção de algodão em carço). Na realidade, a agricultura do Mali está quase totalmente classificada como setor informal, pelo fato de que as propriedades não estão oficialmente registradas junto às autoridades competentes do Estado, mesmo que a LOA tenha planejado esta formalização por meio de um processo de registro junto às Câmaras de Agricultura, além do registro de pessoa jurídica (LOA, artigo 16). A implementação dessa medida, que começou há vários anos, está em fase de operação de teste.

Unidades de produção pouco mecanizadas

A produção agrícola no Mali, especialmente em áreas de cultura de sequeiro é assegurada pela agricultura familiar, pouco dotada em equipamentos agrícolas. A proporção de propriedades equipadas é baixa, cerca de 40% (RGA, 2004), sendo que as mais equipadas estão nas áreas de produção de arroz e algodão (mais de 66%), devido à presença de uma cultura rentável e de uma densa rede de crédito agrícola. Os equipamentos agrícolas com tração animal (arado, moto cultivador, semeadeira, carroça etc.) são dominantes. Seu uso, que acompanha ou complementa o uso de um equipamento manual agrícola (enxada, foice, machado etc.) requer a mobilização de uma mão de obra mais ou menos importante. No entanto, observa-se a tendência de motorização das grandes propriedades na região por meio da aquisição de tratores, cultivadores etc.

²⁶ No meio bambara e na filial sul (círculos de Bougoni, Kolondiéba e Yanfolila), segundo Droy, o algodão bioequitável é um fator de transformação social, segundo a 3ª Jornada do Desenvolvimento do GRES.

Com respeito ao gênero, as mulheres agricultoras geralmente não dispõem de equipamento próprio. Elas, na maioria das vezes, pegam o material emprestado do chefe da família, no dia de descanso da semana ou no final dos trabalhos nos campos de cultivo conjunto.

Baixa utilização da mão de obra assalariada

As propriedades agrícolas recorrem principalmente à mão de obra familiar. Para algumas operações de cultivo e particularmente para respeitarem o calendário do algodão, eles apelam para a mão de obra externa, composta por grupos de funcionários, diaristas ou, mais raramente, assalariados permanentes. Enquanto para algumas operações, tais como a preparação do campo e colheita de produtos o trabalho é exclusivamente manual, o recurso à mão de obra apoia ou complementa o trabalho com equipamentos agrícolas, como em operações de plantio ou capina, depois de lavrar com arado ou trator. De fato, para lidar com os trabalhos agrícolas que duram apenas uma estação de cultivo, a propriedade mobiliza toda a mão de obra disponível com uma série de combinações, em função das oportunidades, inclusive da disponibilidade de mão de obra familiar, materiais e equipamentos.

O trabalho familiar constitui para todas as categorias de agricultores a principal força de trabalho nos campos. É composta por todos os membros da propriedade, incluindo mulheres e crianças que são dominantes em algumas operações, tais como colheita, plantio e transporte da produção no campo. Além disso, os membros da propriedade não são pagos pelos serviços ali prestados. No entanto, após a comercialização do algodão, o chefe da propriedade pode arcar com as necessidades pessoais de alguns dos membros.

O recurso à mão de obra externa é praticado por todas as categorias de agricultores, sendo que as propriedades ricas recorrem mais por terem mais dinheiro. Se as propriedades pobres recorrem principalmente aos serviços dos grupos de trabalho e ajuda de parentes, as propriedades ricas utilizam todas as categorias de prestadores de serviços, incluindo diaristas e trabalhadores sazonais ou permanentes.

As operações de colheita do algodão e de capina são as que mais utilizam mão de obra externa. Para as suas propriedades, as produtoras também requerem serviços prestados por indivíduos ou grupos de mulheres, pois assim terão perspectivas de bons rendimentos.

Baixo nível de formação dos produtores

O nível educacional chefes da propriedade é baixo: menos de 20% foi à escola.²⁷ As disparidades são significativas entre os setores de produção de algodão e dentro de um mesmo setor a maioria pode ter apenas o nível primário. Um programa de alfabetização funcional voltado especificamente para os adultos havia sido implementado pelos serviços de extensão para melhorar o nível de formação dos produtores. Este programa incluía a componente alfabetização em si (para aprender a ler, escrever e calcular na língua nacional) e um componente de formação técnica e gestão para líderes camponeses recém-alfabetizados no âmbito da transferência de responsabilidades aos produtores. Os líderes camponeses foram treinados para este fim e têm responsabilidades nas organizações de produtores. Este programa de alfabetização terminou no início de 2000, funcionando a favor da reestruturação da cadeia produtiva do algodão. Em princípio, esta atividade foi transferida para organizações de agricultores que contavam com seus próprios recursos ou com o apoio de parcerias para continuarem com a formação dos produtores.

De acordo com as categorias de produtores, a proporção de produtores escolarizados é pelo menos três vezes maior entre os produtores mais ricos que os produtores pobres²⁸. Em relação aos aspectos de gênero, o nível de educação das mulheres na área da produção de algodão é extremamente pequeno, com cerca de 90% das

27 GÉRONIMI, V. O sector do algodão no Mali em uma armadilha de sub acumulação? In MAINGUY, C. *Vulnerabilidades das populações rurais na África*. (Mundos em Desenvolvimento, tomo 41, ano 2013/4, 164).

28 Estudo de caso nos municípios de Tao, círculo de Koutiala e de Garalo, círculo de Bougouni, in Géronimi, *op. cit.*

mulheres que nunca foram à escola e para as outras, salvo exceções, não foram além do nível primário.²⁹ Assim, elas permanecem em uma situação de dependência dos homens que são mais bem formados e acabam ocupando posições de responsabilidade até mesmo nas organizações de mulheres.

Baixo nível de produtividade

O rendimento médio do algodão no Mali é muito variável de um ano para o outro, com uma tendência à estagnação durante o período de 2005-2006 até 2013-2014, seguido de leve aumento ao longo das duas últimas safras (2014-2015 e 2015-2016). A tendência para a estagnação é explicada por uma combinação de fatores de ordem climática (início tardio da estação chuvosa, inundação ou seca durante ou no final da estação chuvosa), agrícola (questionamento da qualidade de insumos), socioeconômicos (insuficiência de equipamentos e/ou concorrência com outras culturas) e pedológico (baixa da fertilidade do solo). O rendimento médio do algodão está entre 830 kg/ha e 1.000 kg/ha nos últimos dez anos-safra (CPS, 2016), comparável ao rendimento de algodão em outros países da sub-região.

Em comparação com os principais países produtores de algodão (China, Brasil, EUA e Austrália), esses rendimentos são particularmente baixos, entre 2-5 vezes menor, dependendo do país, com custos de produção muito baixos 4 a 10 vezes menores, portanto, com uma intensificação mais baixa (FOK, 2007).

As diferenças de rendimento por categoria são grandes, sobretudo entre as propriedades “ricas”, que possuem nível de produtividade da terra significativamente maior que as demais, além de terem, sem dúvida, um melhor nível de produtividade do trabalho. A título de ilustração, um estudo do IER mostra que a produtividade em algodão é de 1.500 kg/ha nas propriedades mais ricas, enquanto nas pobres é de 930 kg/ha e de 1.150 kg/ha nas propriedades intermediárias durante o ano safra de 2003 -2004, na cidade de TAO. Estas diferenças podem ser explicadas em grande parte pelo uso de doses mais elevadas de fertilizantes e o cumprimento do calendário agrícola. Estas diferenças de rendimento também foram observadas em outras culturas, tais como milho, arroz, milho e sorgo.³⁰

2.2 Os direitos trabalhistas

2.2.1 O cumprimento das leis trabalhistas no Mali segundo as convenções fundamentais da OIT

A Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada em junho de 1998, marca o compromisso dos Estados membros da organização, independentemente do seu nível de desenvolvimento econômico, seus valores culturais e história, a trabalharem para o desenvolvimento sustentável e equitativo de todos os povos. Destina-se a incentivar esforços que visam combinar o progresso social e o desenvolvimento econômico. Para isso, destaca quatro elementos essenciais para a justiça social, a saber:

- A liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
- A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório.
- A abolição efetiva do trabalho infantil.
- A eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Estes princípios e direitos fundamentais estão contidos nas convenções internacionais do trabalho reconhecidas como fundamentais pela OIT. São elas:

29 Estudo de caso nas áreas de Yanfolila e Kolondiéba, in Droy, *op. cit.*

30 Cissé *et al.*, *op. cit.*

- A Convenção n. 87 sobre liberdade sindical e a Convenção n. 98 sobre a liberdade de associação e negociação coletiva;
- A Convenção n. 29 e a Convenção n. 105 contra a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório;
- A Convenção n. 38, relativa à idade de admissão ao emprego, a Convenção e 182 sobre a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil;
- A Convenção n. 100 sobre igualdade de remuneração, e a Convenção n. 111 sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão.

Todas estas convenções foram traduzidas em vários textos nacionais com a assistência técnica dos parceiros para o desenvolvimento

O combate ao trabalho infantil

A Lei n. 92/020, de 20 de setembro de 1992, sobre o Código do Trabalho no Mali e República do Mali, no artigo L.185, proíbe o emprego de crianças em um trabalho que ultrapasse a sua força e que sejam a causa de perigos ou que, pela sua natureza e condições em que são efetuados, sejam susceptíveis de prejudicar a moral. Especificamente, o Decreto n. 96-178/P-RM de 13 de junho de 1996 que estabelece modalidades de aplicação de certas disposições do Código do Trabalho na República do Mali, prevê, no artigo D.189-14: “em estabelecimentos de qualquer natureza, sejam eles agrícolas, comerciais ou industriais, públicos ou privados, laicos ou religiosos, mesmo que estes estabelecimentos sejam de ensino profissional ou benévolos, incluindo empresas familiares ou casas particulares, é proibido empregar crianças de ambos os sexos com idade inferior a 18 em atividades que excedam sua força, que representem perigo ou que, pela sua natureza ou pelas condições em que são realizados sejam susceptíveis de prejudicar a sua moral”.

Sobre o Combate ao Tráfico de Crianças

As disposições dos seguintes textos previnem e reprimem o tráfico de crianças:

- A Portaria n. 02/062 P-RM de 5 de junho de 2002 sobre o Código de Defesa das Crianças na República do Mali;
- A Lei n. 92/020 de 20 de setembro de 1992 sobre o Código do Trabalho, na República do Mali, no artigo L.185 e seus regulamentos de execução;
- O Decreto n. 01-534 P-RM de 1º de novembro, que cria um título de viagem e serve como permissão de saída para crianças de 0 a 18 anos;
- O Decreto n. 02/067 de 12/02/2002, que estabelece as condições para a criação, bem como as modalidades de funcionamento das instituições privadas de acolhimento, escuta, aconselhamento e alojamento para crianças;
- O Decreto n. 99-450 P-RM de 31/12/1999, que estabelece procedimentos operacionais das instituições privadas para acolhimento e encaminhamento de crianças.

Sobre a Eliminação do Trabalho Forçado

A Lei n. 92/020, de 20 de setembro de 1992, sobre o Código do Trabalho na República do Mali, no artigo L.6 e seus textos de aplicação.

2.2.2 Sobre a liberdade sindical e a negociação coletiva

A Lei n. 92-020, de 23 de setembro de 1992 sobre o Código do Trabalho na República do Mali, notadamente nos artigos L.78 (direito de negociação coletiva) L.233 (liberdade de formar sindicatos), K.256 e L.257 (liberdade de aderir ou não aderir a um sindicato) e a Lei n. 02-053, de 16 de dezembro de 2002 sobre o estatuto geral dos

funcionários, incluindo o artigo 19, que impõe condições de participação dos funcionários na elaboração das disposições estatutárias e exame das decisões individuais relativas às suas carreiras.

Sobre a discriminação emprego – remuneração

Veja a Lei n. 92-020, de 23 de setembro de 1992, sobre o Código do Trabalho na República do Mali, em seus artigos L.95 (igualdade de remuneração), L.236 (livre adesão de mulheres casadas a um sindicato) e L.257 (proibição para o empregador de considerar a filiação sindical ou atividades sindicais do trabalhador na tomada de decisões em matéria de recrutamento, distribuição do trabalho, promoção, formação etc.)

2.2.3 A presença do Conceito de trabalho decente no Mali, no setor rural e de produção do algodão

Segundo a OIT, o trabalho decente é definido como “aquele que proporciona ao trabalhador um emprego de qualidade aceitável, realizado em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”. É o ponto de convergência entre os quatro objetivos estratégicos, a saber:

- Promover e implementar as normas e os princípios e direitos fundamentais no trabalho.
- Aumentar as oportunidades para mulheres e homens na obtenção de emprego e renda.
- Melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos.
- Fortalecer o tripartismo e o diálogo social.

A presença do conceito de trabalho decente ou dos objetivos estratégicos que são subjacentes é avaliada neste estudo por meio da análise de políticas, estratégias e programas implementados no nível nacional, do setor rural e da produção de algodão.

Presença do trabalho decente em nível nacional por meio de:

- Diretrizes políticas nacionais: o período de 1990-2015 foi dominado pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), do Marco Estratégico para o Crescimento e Redução da Pobreza (CSCR) e da Lei de Orientação Agrícola (LOA). Os ODM singularmente concentram-se no trabalho decente, especialmente para jovens e mulheres. Já o ODM 8 visa “formular e implementar estratégias que permitam aos jovens encontrar um trabalho decente e útil”. Em seguida, “o percentual de mulheres no emprego assalariado não agrícola” que serve como indicador de seu empoderamento (ODM 3). Finalmente, foi acrescentado um objetivo ao ODM 1, “assegurar o pleno emprego e a possibilidade para todos, incluindo mulheres e jovens de encontrar um trabalho decente e produtivo” para a redução da pobreza extrema e da fome.³¹

Além disso, as políticas e os programas que visam à promoção do trabalho decente são implementadas com o apoio de parceiros técnicos e financeiros, entre os quais podemos citar:

- a) O documento-marco de política nacional do emprego: adotado em 1998, sua estratégia está baseada no desenvolvimento humano sustentável e no combate à pobreza, tendo como objetivos:
 - » Consolidar e garantir os empregos privados existentes e melhorar o desempenho do emprego público.
 - » Reduzir o desemprego e subemprego por meio da criação de postos de trabalho e da intensificação das atividades.
 - » Aumentar a demanda de mão de obra em áreas urbanas e rurais por intermédio do desenvolvimento do setor privado.

31 BIT (2009) guia sobre os novos indicadores de emprego dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento, além do conjunto completo de indicadores sobre o Trabalho Decente. Organização Internacional do Trabalho, Setor Emprego, 1ª edição. Genebra. Junho.

- » Melhorar a oferta de mão de obra com a formação otimizada e de qualificações adaptadas às necessidades da economia.
- » Generalizar a promoção do emprego em nível local, tendo em conta as especificidades regionais e favorecendo o uso de alta intensidade de mão de obra.
- » Promover a melhoria das condições de trabalho nas diversas áreas de emprego: emprego moderno, informal, emprego rural e emprego temporário.
- » Buscar a unificação do mercado de trabalho.

O documento identifica cinco áreas de intervenção prioritárias: (i) emprego local, (ii) a promoção de trabalhos de alta intensidade de mão de obra; (iii) formação técnica e profissional; (iv) desenvolvimento de empresas; e (v) o emprego informal.

- a) O Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil (PNLTE): tem como objetivo aumentar a capacidade das organizações governamentais, organizações de empregadores e trabalhadores e das ONGs para a elaboração e execução de projetos de forma coordenada, com vistas a:
 - » Impedir o avanço do trabalho infantil;
 - » Abolir o trabalho infantil nas atividades mais perigosas e nas condições de exploração mais graves, propondo às crianças e suas famílias alternativas viáveis;
 - » Melhorar as condições de vida e de trabalho das crianças como primeira etapa para a eliminação do trabalho infantil;
 - » Conhecer melhor as condições de vida e trabalho infantil, bem como os riscos e limitações que enfrentam;
 - » Conscientizar as crianças, pais, empregadores, instituições públicas e privadas e o público em geral sobre os perigos do trabalho precoce.
- b) O Programa de Promoção do Diálogo Social na África francófona: tem o objetivo de contribuir para a consolidação do processo de democratização e de desenvolvimento participativo por meio do diálogo regular e da participação concreta dos parceiros sociais na elaboração e implementação de políticas para o desenvolvimento econômico e social. Suas atividades se concentram no:
 - » Apoio consultivo para o desenvolvimento de leis e regulamentos.
 - » Apoio institucional às estruturas nacionais de cooperação bi ou tripartite, visando torná-las mais operacionais.
 - » Fortalecimento das capacidades dos parceiros.
 - » Apoio na implementação de políticas para a promoção do diálogo social.
- c) O programa de releitura das convenções coletivas: que visa à revisão de todas as convenções coletivas de trabalho que se tornaram obsoletas, assim como a celebração de acordos coletivos nos setores onde não existem parceiros sociais. Nesse caso, foram adotadas várias convenções coletivas sobre Instituições Financeiras Descentralizadas (2006), Centros de Saúde Comunitária (2006), Empresas de Vigilância e Guarda (2007), Indústrias Metalúrgicas e de Mecânica Geral etc.
- d) O Programa de Emprego Jovem (PEJ): tem como objetivo geral oferecer aos jovens o máximo de oportunidades de emprego, tanto no âmbito do emprego assalariado quanto no emprego autônomo, por meio de objetivos específicos que visam:
 - » Melhorar a empregabilidade dos jovens;
 - » Promover o empreendedorismo juvenil; e
 - » Facilitar o acesso dos jovens ao financiamento ou crédito

Presença do trabalho decente no meio rural

No meio rural, em particular, a presença do conceito de trabalho decente é parcial e limitada. Ela reflete, principalmente, por um lado, a elaboração e implementação de políticas e estratégias de proteção social cujos objetivos cobrem também as populações rurais vulneráveis e, por outro lado, a implementação de projetos para redução da pobreza por meio da possibilidade de criação de empregos e de renda nas áreas rurais. Como exemplo citamos:

- a) A Política Nacional de Proteção Social e a Estratégia Nacional de Extensão da Cobertura em Saúde: adotada em 2002, pretende construir progressivamente um sistema de proteção contra os riscos de todos os cidadãos de forma geral e das camadas mais desfavorecidas, em particular; a Estratégia Nacional de Extensão da Cobertura em Saúde, adotada em 2011, tem como objetivo a cobertura em saúde de 78% da população do Mali do setor informal e do setor rural por meio de seguros de saúde complementares.
- b) A política de promoção da economia social e solidária: destina-se a melhorar, entre outros, o nível de cobertura do setor rural em matéria de proteção social, mas também de fortalecer as atividades de produção agropastoril das populações pobres, melhorando seu acesso ao financiamento. O Plano Decenal de Desenvolvimento Sanitário e Social (PDDSS) para o período 2014-2023 tem, entre outros objetivos, o desenvolvimento da solidariedade e da proteção social por meio do fortalecimento da assistência social, da promoção das organizações de economia social e solidária com a criação de riquezas e rendas para as populações pobres e vulneráveis, inclusive as que vivem de determinadas atividades agrícolas. Busca também levar em conta a melhoria do estado nutricional e o acesso aos cuidados de saúde.
- c) Nova política de proteção social está em curso de elaboração: tem por objetivo geral a “construção gradual de um sistema de proteção contra os riscos sociais para os cidadãos de maneira geral, bem como para as camadas desfavorecidas, em particular”. Ela oferece especial atenção à questão da segurança alimentar e nutricional, por meio da promoção da solidariedade e de programas de benefício social específicos, que têm impactos diretos e indiretos sobre o fortalecimento da resiliência e da segurança alimentar e nutricional, inclusive para as camadas pobres e vulneráveis em áreas rurais.
- d) O Programa Multissetorial de alto coeficiente de emprego nas áreas rurais (PROMIIR): cujo objetivo é reduzir a pobreza por meio da melhoria significativa do nível de renda da população rural, por meio do aumento das oportunidades de empregos produtivos pelos seguintes objetivos operacionais:
 - » Reduzir a vulnerabilidade dos agricultores com a criação de empregos sustentáveis por meio do desenvolvimento de perímetros irrigados, utilizando a abordagem HIMO;
 - » Criar empregos sustentáveis com o reflorestamento de bacias de abastecimento das cidades em madeira, explorar e gerenciar as florestas das bacias de abastecimento das cidades, bem como atividades de combate da erosão;
 - » Retirar o obstáculo para o desenvolvimento que é a falta de pistas para o escoamento da produção utilizáveis durante o ano inteiro nas áreas de intervenção do Programa.
 - » Reforçar a capacidade local (municípios rurais, PME, BE, associações de agricultores e grupo de jovens) na concepção, planejamento, implementação, monitoramento, controle e gestão de projetos de infraestruturas rurais e de proteção ambiental usando a abordagem HIMO.

2.2..4 A presença do trabalho decente na produção do algodão por meio de projetos

A presença do trabalho decente na produção de algodão manifesta-se pelos seguintes projetos: o projeto algodão orgânico-equitável, o Better Cotton Initiative, Jovens no Trabalho e Redução da Pobreza, Programa de Gestão Integrada de Produção e Controle de Pragas GIPD.

O projeto algodão orgânico-equitável

A crise do algodão no início de 2000 favoreceu, por meio da iniciativa da ONG suíça Helvetas, a introdução e o desenvolvimento da cadeia do algodão orgânico-equitável nas áreas de produção desta cultura. Em relação ao algodão convencional, o cultivo de algodão orgânico-equitável introduziu grandes inovações ambientais e sociais, notadamente pelos princípios e valores defendidos pelo comércio justo no contexto maliano da agricultura familiar, a saber: a promoção de modo de produção que respeite o meio ambiente, promoção de organizações democráticas de produtores com gestão transparente, a compra de produtos certificados a um preço justo e estável, o envolvimento total e duradouro na cadeia de produção. Trata-se de, sobretudo, atender aos padrões ecológicos de produção do algodão (redução do consumo de pesticidas, manejo integrado de pragas, práticas de proteção da qualidade do solo) e de adotar as dimensões do trabalho decente (respeito aos Princípios Fundamentais do Trabalho: nada de trabalho forçado ou de trabalho infantil, levar em conta a discriminação no trabalho por gênero junto a todos os produtores, reconhecendo mulheres e jovens dependentes como produtores). Além disso, o preço de compra do algodão caroço é definido de maneira a cobrir os custos de produção e proporcionar remuneração satisfatória para a mão de obra familiar, além de contribuir para o financiamento da comunidade à qual o produtor pertence, por meio de um prêmio.³² Assim, os produtores reúnem-se em uma organização cooperativa cujo compromisso é de funcionamento democrático, transparente e não discriminatório, controlada por uma organização de apoio por várias ferramentas de monitoramento.

O projeto Better Cotton Initiative (BCI)

Segue os mesmos princípios de respeito ao meio ambiente e promove o trabalho decente para todas as categorias de produtores de algodão, de acordo com o conceito desenvolvido pela OIT e em conformidade com a legislação nacional relativa ao trabalho, higiene e segurança. As dimensões sociais especificamente buscadas pela BCI são: a liberdade de associação e de negociação coletiva, saúde e segurança dos produtores de algodão, o Trabalho Infantil, o trabalho forçado, a não discriminação, as condições de trabalho, o regulamento de base e medidas disciplinares. Para a implementação do projeto, cada uma dessas dimensões foi definida, assim como os critérios de avaliação.

Presente em vários países, incluindo nos países da África Ocidental (Mali e Senegal), o BCI coloca em relação de parceria as organizações profissionais de produtores, empresas algodoceiras, comerciantes e industriais. A sua sede é na Suíça. Os produtores de algodão africanos são representados pela APROCA (Associação dos Produtores de Algodão Africanos) com sede em Bamako.

Projeto Jovens no Trabalho e a Redução da Pobreza

Com base na abordagem da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), da *Junior Farmer Field and Life Schools* (JFFLS) ou da Escola Prática de Agricultura e de Aprendizagem para a Vida, este projeto financiado pelo Fundo Fiduciário de Solidariedade Africano, no âmbito da cooperação Sul-Sul tem por objetivo reduzir a pobreza com a criação de empregos decentes para os jovens nos países de forte emigração. A duração do projeto foi de três anos, 2014-2016, e teve como estratégia de intervenção: (1) o foco em populações e áreas (jovens de 15 a 35 anos de idade, nacionais e residentes nas áreas específicas); (2) identificação dos âmbitos de intervenção nas áreas determinadas (principalmente atividades agroalimentares como engorda, plantio de hortaliças, avicultura, piscicultura etc.); (3) a organização de grupos de jovens (cooperativa, associação etc.); (4) formação técnica e gestão de microprojetos, e (5) formação no tema do trabalho decente. O projeto abrangeu as comunidades de Kayes e Mopti, e sua implementação foi baseada nas parcerias público-privadas (PPP), envolvendo promotores de microprojetos, autoridades tradicionais e administrativas locais, organizações profissionais agrícolas e serviços técnicos descentralizados.

32 Chamado prêmio FLO (Fairtrade Labelling Organization International), por um dos órgãos que entregam o selo « comércio equitável» (DROY, 2009).

Por meio deste projeto, 500 empregos rurais foram criados, uma centena de facilitadores recrutados e treinados para apoiar os promotores e as formações sobre a temática do trabalho decente, que foi oferecida pelos facilitadores.

Programa de Gestão Integrada de Produção e Controle de Pragas (GIPD)

Este programa baseia-se na aplicação do conceito de Escola de Campo dos Produtores (CEP), desenvolvido pela FAO e implementado em Mali desde 1996. O objetivo do GIPD/CEP é melhorar a produção e a produtividade agrícola integrando a proteção ambiental e agricultura sustentável. Ele integra vários projetos e programas e colabora com várias estruturas estatais e paraestatais de desenvolvimento, como a CMDT e OHVN para a produção de algodão.³³

A avaliação dos efeitos econômicos e ambientais desses projetos mostra a relação entre GIPD/CEP e o conceito de trabalho decente.³⁴ Em primeiro lugar, por meio da adoção de métodos alternativos de controle de pragas por parte dos agricultores de algodão, o uso de pesticidas tóxicos foi quase eliminado em alguns setores de gestão na CMDT, tendo como resultados o aumento da produtividade e a diminuição dos custos de produção de algodão em caroço.³⁵ Além disso, o uso de “biopesticidas” em vez de produtos químicos e a formação dos produtores quanto às medidas de proteção no manejo destes produtos contribuem para a preservação da saúde dos trabalhadores e suas famílias. Finalmente, a abordagem se mostra inclusiva, visto que envolve o conjunto de atores das comunidades (representantes eleitos, autoridade administrativa, serviços técnicos, organizações de produtores etc.) em um processo de diálogo e intercâmbio sobre o método GIPD/CEP, seus impactos econômicos e ambientais.

2.2.5 Amplitude e forma como a vulnerabilidade ocorre nos postos de trabalho de diferentes grupos

Os resultados da pesquisa nacional sobre o trabalho infantil (DNSI, 2005) evidenciaram muitas formas de déficits de trabalho decente. Em primeiro lugar, a elevada proporção de crianças envolvidas em atividades econômicas, em que cerca de duas em cada três crianças de 5 a 17 anos de idade, meninos e meninas, contribuem para a atividade econômica. A maioria das crianças que trabalham (59%) é empregada pelo setor primário (agricultura, silvicultura e pesca). Além disso, essa ocupação das crianças destaca a excessiva carga de trabalho a que são submetidas: em média, crianças de 5 a 9 anos de idade trabalham 32 horas por semana; crianças de 10 a 14 anos de idade contribuem para a atividade econômica com até 36 horas por semana; crianças com mais de 14 anos de idade, 42 horas por semana. Para as crianças que vão à escola e ao trabalho, a carga horária média semanal é de 26 horas por semana.

A pesquisa também mostra que 8 em cada 10 crianças de ambos os sexos, com idades entre 5 a 17 anos, são forçadas a trabalhar em atividades prejudiciais, ou são economicamente ativas, das quais quase dois terços (65,6%) estão envolvidas em trabalhos perigosos. As crianças envolvidas em trabalhos perigosos são quase todas arrimo de família (94%).

Menos de 20% das crianças envolvidas em trabalhos prejudiciais (16%) estão escolarizadas. O impacto do trabalho na saúde é considerável, uma vez que 7 em cada 10 crianças de 5 a 17 anos de idade declararam ter estado doentes ou feridas. Finalmente, o desenvolvimento físico das crianças trabalhadoras também é severamente comprometido.

Com relação ao tempo de trabalho, os resultados do Estudo Maliano sobre o Uso do Tempo (EMUT) de 2008 mostra que as mulheres malianas gastam muito mais tempo em atividades domésticas do que os homens,

33 Entre os projetos que utilizam a abordagem GIPD/CEP: a BCI, a GEF e a PAFICOT.

34 Programa GIPD/CEP: nota de apresentação sobre a gestão integrada da produção e controle de pragas (GIPD) pelas Escolas de Campo de Produtores, Direção Nacional de Agricultura, novembro de 2014.

35 Disponível em: <<http://rstb.royalsocietypublishing.org/>>. Citado pelo Programa GIPD/GEF, *op. cit.*

resultando em uma carga de trabalho diária muito maior e possuem menos tempo para se dedicar a atividades econômicas que possam lhes trazer melhor renda e, por conseguinte, autonomia. Essas desigualdades de gênero são maiores nas áreas rurais que nas urbanas. O EMUT também mostra que as moças jovens passam mais tempo em tarefas domésticas que os rapazes, o que resulta em menos tempo gasto pelas moças com a educação e formação, o que poderia eventualmente, facilitar o acesso ao emprego e o preparo para empregos mais bem remunerados.

2.2.6 Nível de eficácia na inspeção do trabalho no país e controle do cumprimento das leis trabalhistas na cadeia de produção do algodão

Quanto à organização do trabalho, a cadeia de produção do algodão no Mali é composta, por um lado, de um setor formal que compreende (i) os serviços das empresas algodoeiras de apoio e consultoria em produção, comercialização etc.; e (ii) as unidades semiartesaniais e artesanais para descaroçamento, extração de óleo e fabricação de alimentos para o gado e, por outro, de um setor informal, que compreende principalmente os produtores de algodão em caroço.

Os serviços de inspeção do trabalho intervêm essencialmente no setor formal, por meio das seguintes atividades:

- Legalização de contratos de trabalho efetivo ou de despedimento de empregados permanentes ou sazonais;
- Relatórios de acidentes de trabalho, em particular nas usinas de descaroçamento;
- Inspeções surpresa nas usinas de processamento, particularmente nos lagares de óleo para o cumprimento das leis trabalhistas.

Em suma, as atividades de inspeção do trabalho não cobrem a produção do setor informal.

No entanto, vale mencionar certas experiências limitadas de controle de trabalho no âmbito da produção agrícola. Essas experiências no contexto de um projeto de pesquisa de avaliação de riscos, o PNLTE busca avaliar os riscos e restrições relacionadas com o trabalho infantil no Mali, identificando ações prioritárias de melhoria das condições de trabalho infantil e sua inclusão econômica, bem como o aumento da renda dos pais, com vistas a poupar as crianças das piores formas de trabalho. As atividades do programa permitiram o desenvolvimento e a implementação de projetos e de acordos bilaterais, no âmbito do combate ao tráfico de crianças.

2.2.7 Formas de trabalho infantil nas comunidades de cultura do algodão

Os trabalhos domésticos e agrícolas e o cuidado de animais são as principais formas de trabalho infantil nas zonas rurais de produção. Quanto aos trabalhos domésticos, a proporção de ocupação de crianças nesta atividade diminui com a idade. Com efeito, os resultados do estudo IER/FAO (IER/FAO, 2011) mostram que os mais jovens de 5-11 anos de idade, 66% dos meninos e 62% das meninas estiveram ocupados com tarefas domésticas na semana antes da pesquisa, e de 26% e 29%, respectivamente, para meninos e meninas de 12-14 anos de idade e cerca de 9% dos 15-17 anos de idade de ambos os sexos.

Os tipos de trabalho doméstico realizados pelas crianças são: cuidar de outras crianças, o transporte de água e/ou lenha, lavar roupa, pratos e limpar o quintal. Em matéria de trabalho agrícola, as crianças participam de todas as atividades, exceto no tratamento químico de culturas, reservado para adultos.³⁶ No entanto, a sua contribuição é particularmente necessária na colheita, limpeza do terreno, na lavoura, capina

³⁶ A interdição da manipulação de produtos de tratamento pelas crianças de menos de 18 anos de idade e as medidas de higiene e segurança na operação são amplamente divulgadas pelos serviços de extensão e revendedores.

e plantio. Por faixa etária e sexo, os resultados de entrevistas com produtores indicam que cerca de um quarto das crianças com idades entre 6-13 anos de idade participam em atividades na lavoura (“bancando o pastor”) como o plantio, capina e mais da metade das crianças desta idade na colheita. Geralmente os meninos estão mais envolvidos nessas atividades do que meninas. Por categoria de propriedade, nota-se que as crianças mais jovens (6-13 anos) nas grandes propriedades estão menos frequentemente envolvidas em atividades agrícolas do que as crianças mais jovens de outras categorias de propriedades agrícolas, menos equipadas e com uma mão de obra mais limitada. A partir da idade de 14 e 15 anos, as crianças começam a tomar as alças do arado para aração e participar nas atividades de plantio, capina, colheita e, por vezes, na aplicação de fertilizantes. De forma geral, as crianças com idade entre 16-17 anos são consideradas adultas e estão envolvidas em todas as atividades agrícolas, salvo raramente nos tratamentos químicos das culturas.

A manutenção de animais (pequenos ruminantes e bois de arado) é considerada como atividade complementar aos trabalhos agrícolas, sendo realizado pelas crianças mais jovens, de 6-13 anos de idade, a tempo parcial (após trabalho agrícola) ou a tempo completo, no inverno, de modo que o “adulto” possa exercer suas atividades agrícolas.

O Código do Trabalho no Mali distingue as condições de exercício do “Trabalho não perigoso” (para crianças com mais de 15 anos de idade), isto é, não superior a 36 horas por semana, e o “Trabalho perigoso”, que por sua natureza pode trazer prejuízos à saúde, segurança ou até a mortalidade infantil o que é superior a 36 horas por semana, uma média de 5 horas por dia. A análise da duração das atividades exercidas pelas crianças na produção de algodão mostra que ele excede, na maioria dos casos, à duração prevista pela lei em vigor. Ela é de uma média de 7 horas e meia (em vez de 5 horas) e é particularmente elevada por causa do cuidado de animais, aração e plantio (IER/BIT, 2011).

Pela sua natureza, algumas atividades são perigosas, tais como a aplicação de fertilizantes e manuseio de produtos químicos tóxicos – herbicidas, inseticidas etc. Enquanto no conjunto de manipulações de produtos de tratamento os menores de 18 anos de idade são poupados, em qualquer categoria de propriedade, a aplicação é, em contrapartida comumente realizada por crianças entre 6-13 anos de idade nas pequenas propriedades e a partir de 14 anos para todas as categorias de propriedade.

Além da duração, outras condições de trabalho são especialmente perigosas para as crianças. Assim, o exercício de pastor, a capina na enxada e colheita de algodão, segundo o testemunho de vários produtores encontrados em várias filiais da CMDT:

Durante a aração: lesões frequentes nas crianças pastores: “No ano passado, durante a aração do campo de meu vizinho, seu filho de 10 anos de idade que era o pastor ficou gravemente ferido na barriga pelos chifres de um dos bois de arado, a criança foi imediatamente levada para o hospital, do tanto que o ferimento foi grave; levou mais de um mês para curar.” **Dramane T. Grande produtor, vila de Toumoundala, filial Oeste CMDT.**

“Ano passado na minha propriedade meu filho de 12 anos se feriu...No final da atividade de aração, quando ele foi desamarrar os bois da atrelagem, antes de terminar, um dos bois saiu precipitadamente do arado e a lâmina caiu sobre o pé dele, abrindo uma ferida muito profunda. Ele perdeu sangue e a ferida levou mais de dois meses para curar” **Daouda D. produtor migrante da vila de Djikomanbolofé, filial Oeste de Kita.**



Foto 1: cena de aração em um campo de algodão na aldeia de Zangasso filial Nordeste, WTDC, a criança pastor tem 12 anos de idade e a segunda atrás dos bois com que alterna as tarefas tem 10 anos de idade; o irmão adulto **Fagnamé D.**, vila de Djikomanbolofé, filial Oeste CMDT.

[...] E dor no peito, muitas vezes: “Ano passado na minha propriedade o meu menino de 13 anos teve problemas graves no peito (dor), pelo fato de puxar as cordas que seguram os bois na hora do arado; a gente acha que esta dor é causada pela força de bois que ele puxa para a frente com os braços estendidos e segurando uma corda em cada mão por várias horas; nós levamos ele 2 vezes ao centro de saúde para o tratamento, que nos custou mais de 20 000FCFA; ele ficou uma semana de repouso e voltou às atividades. Eu não queria, mas o pequeno é muito teimoso.” **Oussa D. produtora de algodão, mãe da criança, vila de Djikomanbolofé, filial Oeste CMDT.**

Durante capina, cortes frequentes com a enxada: “No ano passado meu menino de 14-15 anos de idade foi ferido durante a capina com a enxada. Foi por causa dos movimentos rápidos da capina; a enxada ricocheteou contra um objeto sólido e deslizou em seu pé, cortando-o; Felizmente o ferimento foi leve; nós não paramos de trabalhar por causa disso; a ferida é amarrada com um pano e a criança continua a trabalhar.” **Fatogoma T. produtor na vila de Zangasso; filial Nordeste CMDT.**

“Durante a safra de 2013, minha filha de 15 anos foi ferida pela enxada. Foi no início do seu trabalho no campo, ela não tinha muita experiência; a enxada caiu nela durante a capina e cortou o dedão do pé esquerdo; foi um pequeno machucado; eu mastiguei as folhas da árvore “goundiè” e coloquei na ferida; ela continuou a trabalhar pelo resto do dia.” **Dahirou S., produtor da vila de Zangasso, filial Nordeste CMDT**

[...] e as doenças infantis mais comuns durante a colheita do algodão, “foi em 2013 após a colheita de algodão, todas as meninas (10) minha fazenda tinha ficado doentes, algumas com gripe por causa da poeira do algodão, outras machucadas na lateral do corpo de tanto carregarem o saco onde você coloca o algodão que colhemos e que pode ferir com o atrito. Eu até tive de levar algumas delas ao centro de saúde e durante esses meninos iam para o campo somente nos fins de semana por causa da escola.” **Salia S. grande propriedade, vila de Flola, filial Sul Bougouni, CMDT**

Casos assimiláveis às piores formas de trabalho infantil: os produtores sem equipamento agrícola fazem, junto às grandes propriedades, empréstimos de seus filhos como mão de obra agrícola ou para trabalhos domésticos durante vários meses ou anos em troca de prestações de serviço mecanizado. O contrato pode ser feito com crianças de ambos os sexos, a partir da idade de 6-13 anos, tendo como consequência a privação de acesso à escola.

2.2.8 Sistemas de acompanhamento, monitoramento e controle

As cadeias de abastecimento na agricultura do Mali incluem:

- a) *Os fornecedores de insumos, equipamentos e material agrícola:* dominados pelos vendedores de fertilizantes que também são fornecedores de produtos fitossanitários, o fornecimento destes produtos é assegurado pelo varejistas e atacadistas que são, de fato, representantes dos fabricantes nacionais e internacionais. Em matéria de sementes, os fornecedores são principalmente pequenos produtores organizados em cooperativa e algumas empresas de sementes. O abastecimento em equipamento agrícola se caracteriza pela presença de artesãos locais que asseguram a fabricação e distribuição de uma grande parte dos equipamentos e materiais agrícolas comumente utilizados nas Mali (colheitadeiras, arados, charretes, grades, plantadores, enxadas, atadeiras de fardos etc.);
- b) *Os produtores agrícolas:* são caracterizados pela sua diversidade em termos de sistemas de produção e categorias de produtores (grandes produtores para o mercado, pequenos produtores para consumo próprio, médios produtores). Temos, portanto, o claro predomínio da agricultura familiar ao lado de algumas empresas agrícolas nas áreas de criação de animais e horticultura, a participação das mulheres, jovens e crianças de ambos os sexos no processo de produção, o baixo nível de equipamento e produtividade da agricultura familiar, a integração agricultura-pecuária e o baixo nível de acesso ao crédito agrícola, com exceção do sistema de algodão e de arroz;
- c) *Os comerciantes:* trata-se dos coletores, atacadistas e semiatacadistas e varejistas. Os coletores constituem o primeiro nível da cadeia de comercialização pois compram diretamente dos produtores em vilas ou em feiras semanais espalhadas nas principais regiões produtoras; os atacadistas e semiatacadistas são o segundo nível da cadeia e estão instalados nos centros urbanos, onde eles têm armazéns. São geralmente exportadores de cereais e os varejistas são, em sua maioria, mulheres e jovens que operam tanto nos grandes centros de consumo quanto nas feiras semanais e em pequenas cidades;
- d) *Os transformadores:* as de atividades de processamento incluem o descasque de grãos, moagem, debulha, e parboilização do arroz. Essas atividades são em sua maioria realizadas à mão e por unidades semiartesaniais de transformação (descascadeira, moinho, debulhadeira); algumas unidades industriais estão instaladas em Bamako e Segou.

O acompanhamento, monitoramento e controle do trabalho feito pelos serviços de inspeção do trabalho dizem respeito quase exclusivamente ao setor formal, particularmente, a cadeia de processamento por meio das unidades de descaroçamento e moinhos semi-industriais.

2.3 Grau de organização dos produtores de algodão e as necessidades de fortalecimento da capacidade das estruturas

Inicialmente a organização dos produtores de algodão se baseava nas Associações de Aldeias (AV), de estruturas pré-cooperativas, criadas e supervisionadas pela empresa de algodão nos anos 1970. O papel das AV foi particularmente importante nas atividades do setor, inclusive na aplicação de questões técnicas, de gestão de crédito e comercialização do algodão caroço. As dificuldades enfrentadas (má gestão de recursos comuns

e de crédito, disputas de liderança etc.) e os efeitos das mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas no país desde 1991, caracterizadas pela implementação do processo democrático, resultou na criação e ascensão poderosa dos sindicatos de produtores de algodão no lugar das AV.³⁷ O novo contexto da privatização no início dos anos 2000 colocou em questionamento o papel dos sindicatos e levou à criação de novas organizações de produtores de algodão e sociedades cooperativas dotadas de novas funções, tais como: a participação no capital das empresas de descarçamento, o gerenciamento de fornecimento de insumos, a representação junto a interprofissão etc.

Para sua estruturação, estas novas organizações receberam apoio técnico e financeiro dos parceiros e do estado. Eles foram gradualmente se erguendo como Cooperativas de Produtores de Algodão (CPC) nas aldeias, foram agrupadas como Uniões Locais a nível municipal, depois em Uniões Regionais em cada filial e, finalmente em Confederação de sociedades cooperativas de produtores de algodão a nível nacional (C-SCPC).

Esta reestruturação foi acompanhada por uma componente de fortalecimento das capacidades dos funcionários com o principal objetivo de “fornecer apoio aos produtores e suas organizações por meio da apropriação dos desafios e do domínio da implementação de novas funções que os produtores devem assumir no contexto da privatização.”³⁸ Os resultados foram o aumento da influência do papel dessas organizações de produtores junto ao setor, inclusive pela sociedade gestora de participações sociais que substituiu os sindicatos em várias áreas de atividades, incluindo o fornecimento de insumos, a participação na fixação de preços dos produtores, o planejamento da campanha etc. Além disso, a C-SCPC é um membro da Inter Profissional do Algodão (IPC), no âmbito do processo de privatização da CMDT.³⁹

Apesar de que a criação da sociedade gestora de participações sociais foi um marco na reestruturação do setor do algodão e no envolvimento das organizações de produtores na sua gestão, a verdade é que o C-SCPC ainda precisa de suporte (técnico e financeiro) para enfrentar os muitos desafios e assumir as novas funções que lhe são conferidas pelo processo de reforma para aplicação dos critérios do ato uniforme da OHADA, sobre a lei de direitos das sociedades cooperativas no espaço CEDEAO.⁴⁰

2.4. Proteção social

Em matéria de proteção social a estratégia nacional baseia-se (i) na formulação de políticas nacionais coerentes de proteção social; (ii) na ampliação e melhoria da cobertura e qualidade dos tratamentos; e (iii) no fortalecimento da capacidade de gestão das instituições públicas e privadas.

Para este efeito, o país dispõe desde 2002 de uma Declaração de Política Nacional de Proteção Social que visa construir gradualmente um sistema de proteção de riscos para os cidadãos em geral e das camadas desfavorecidas, em particular. A implementação desta política (por meio do Plano de Ação Nacional de Extensão da Proteção Social 2004-2009 e 2011-2015) obteve os seguintes resultados:

- A instauração em 2009 do Seguro de Saúde Obrigatório (AMO), que é um regime contributivo e diz respeito principalmente aos trabalhadores do setor público e parapúblico, assim como aos trabalhadores do setor agrícola e informal, mesmo que de forma muito incipiente;

37 Sindicato dos Produtores do Círculo de Kita (SPCK) em 1991, Sindicato dos Produtores de algodão e de alimentos (SYCOV) em 1992 e após disputas internas nas organizações e criação do Sindicato dos Produtores Agrícolas do Mali Oeste (SYPAMO) em Kita e Sindicato de Valorização do Algodão no Mali (SYVAC).

38 ODHD, “Contribuição do algodão para o crescimento econômico do Mali”, fevereiro 2009.

39 Note-se que tal processo de privatização está atualmente suspenso, dado o fracasso das experiências de privatização de outros setores na África e o recente desempenho da cadeia no Mali.

40 Medidas de incentivo à produção algodoeira e perspectiva de privatização das filiais CMDT no Mali. Tese de doutorado defendida na Universidade de Liège-Gembloux AGRO-BIO TECH, 2016.

- A instauração em 2009 do Regime de Assistência Médica (RAMED), um regime não contributivo de assistência social em favor dos indigentes, portanto de populações pobres e vulneráveis, para o atendimento gratuito e cobertura dos custos com os cuidados em saúde nas instituições de saúde pública. O seu início foi bastante tímido com taxa de cobertura baixa e ilustrativos de apenas 0,2% da população-alvo registrada em 2012 (DNPd / INSTAT, 2013).
- A adoção em 2011 da Estratégia Nacional de Expansão da Cobertura em Saúde aos setores informal e rural por meio de seguro complementar; com taxa de cobertura ainda muito baixa. A título de ilustração o país tinha em 2012, 172 seguros para uma taxa de cobertura de 4,8% da população-alvo.

A política de promoção da economia social adotada em 2005, e os seus planos de ação (2005-2009 e 2014-2018), atribuem primordial importância à cobertura dos riscos sociais, em particular para os trabalhadores independentes dos setores rural e informal. Destina-se a melhorar, entre outros, o nível de cobertura do setor rural em termos de proteção social e também fortalecer as atividades de produção agropastoris das populações pobres, melhorando seu acesso ao financiamento.

Vale destacar que a política nacional de saúde da população e o Plano Decenal de Desenvolvimento Sanitário e Social (PDDSS) para o período 2014-2023, possuem como objetivos o desenvolvimento da solidariedade e da proteção social por meio do fortalecimento da ajuda social, da promoção de organizações de economia social e solidária, por meio da criação de riqueza e renda para as pessoas pobres e vulneráveis que vivem das atividades agrícolas. As diferentes avaliações do PDDSS mostram que houve: (i) uma melhoria moderada e gradual dos indicadores de saúde; (ii) o aumento da equidade na oferta de atendimento; (iii) um avanço significativo na expansão geográfica da rede de centros de saúde comunitários CSCOM; (iv) o fortalecimento da responsabilidade e controle do sistema junto aos atores e ao desenvolvimento sanitário e social; (v) o fortalecimento do controle da coordenação de ajuda para o desenvolvimento da saúde. No entanto, essas avaliações revelaram que ainda são necessários esforços para melhorar o desempenho do sistema de saúde e o acesso universal aos cuidados de saúde.

Um novo PDDSS para o período 2014-2023 está em execução, tendo como prioridades-chave as atividades nas áreas humanitária, da solidariedade e idosos, além da promoção das mulheres e crianças.

Outros programas de proteção social estão em fase de implementação, como: a criação de um Banco de Solidariedade, um programa de habitação social, a institucionalização do mês da Solidariedade e a criação do Fundo Nacional de Solidariedade. Na agricultura, em particular, um Fundo Nacional de Risco e Calamidades Agrícolas está sendo criado de acordo com a LOA.

Estes diferentes esforços de âmbito nacional ajudaram a aumentar a taxa de cobertura da população pelo sistema de proteção social que passou de 10,81% em 2009 para 16,32% em 2015 (CSLP, CREDD, 2016-2018). Estas taxas são ainda baixas e indicam a necessidade de maior cobertura em proteção social, sobretudo nos setores agrícola e informal onde permanecem particularmente baixas no país. Portanto, é mais que necessário estabelecer um regime de proteção muito mais adequado aos trabalhadores destes setores, bem como programas sociais orientados ao fortalecimento da resiliência (resistência, recuperação e desenvolvimento) das camadas pobres e vulneráveis, cada vez mais confrontadas com choques multiformes e recorrentes que afetam sua capacidade de produção, expondo-os à insegurança alimentar e nutricional.

Outros desafios permanecem, tais como:

- Recursos humanos insuficientes, incluindo a qualificação do pessoal responsável pela execução dessas políticas, programas e projetos.
- A multiplicação e fraca coordenação de iniciativas entre os vários departamentos, setores e agências responsáveis pela proteção social.
- A falta do seguro desemprego.

- A precariedade de renda da população, especialmente nas áreas rurais e no setor informal.
- A falta de mobilização, organização e gestão da assistência social.
- A inexistências de textos sobre a proteção social de certos grupos vulneráveis, como os deficientes.

2.5. O diálogo social: mecanismos de diálogo social e construção de consenso

As diretrizes fundamentais em termos de diálogo social no Mali figuram na Carta de Enquadramento, feita pelo Presidente da República em outubro de 2002, que estabeleceu a parceria entre o Estado, os parceiros sociais e a sociedade civil como um instrumento privilegiado de conciliação entre as necessidades econômicas e sociais. Além disso, a legislação nacional (Código do Trabalho) dá aos trabalhadores o direito de expressão quanto ao conteúdo, condições de exercício e de organização do trabalho por meio de instituições representativas.

A vontade comum de reforçar o diálogo social foi formalizada com a assinatura em 1992, de um Pacto Social entre o Governo e a Central Sindical (UNTM) por meio do qual as duas partes concordaram em consultar e negociar antes de qualquer tomada de decisão que possa acarretar incidentes sobre a vida dos trabalhadores. Este Pacto que, na verdade, diz respeito somente aos funcionários, garante as liberdades e os direitos sindicais e levou à conclusão de muitos protocolos sobre a situação administrativa e de remuneração dos funcionários do Estado. Mais tarde, em 2001, como parte da realização dos objetivos econômicos e sociais inscritos na política econômica e financeira, o Governo junto com os empregadores e os trabalhadores assinaram um novo pacto, o Pacto de Solidariedade para o Crescimento e Desenvolvimento, articulado em torno de um consenso sobre os objetivos fundamentais do Programa do Governo, especialmente no que diz respeito ao crescimento econômico, distribuição de renda, o controle da inflação, a política fiscal e o desenvolvimento do setor privado. Ao contrário da assinatura em 1992, o pacto de solidariedade se expandiu para o conjunto das organizações sindicais dos empregadores trabalhadores assalariados, representantes de Câmaras de Comércio, Confederação de Artesãos, e Associações dos trabalhadores aposentados.

Na aplicação do Pacto de Solidariedade, várias consultas e negociações foram conduzidas entre o Governo e a UNTM, por um lado, e por outro lado pelo Governo e as novas Centrais Sindicais (CSTM, FEN) e associações (trabalhadores voluntários para aposentadoria, aposentados etc.).

Também no âmbito do diálogo social, outras estruturas e abordagens mais setoriais foram implementadas, entre as quais:

Setor da educação

Assinatura de um “Acordo de Parceria para uma escola tranquila e de bom desempenho”. Este acordo implementado, foi apoiado pelos textos de aplicação que especificam os compromissos de cada um dos atores: Governo, administração escolar e universitária, Sindicatos de Professores e Estudantes, Organizações da Sociedade Civil.

Setor da agricultura

No âmbito das orientações gerais da LOA, um órgão consultivo sobre as Políticas Nacionais de Desenvolvimento Agrícola e periagrícola chamado Conselho Superior de Agricultura está operando desde 2008. Sua missão é garantir a implementação da LOA, inclusive por meio da mobilização de recursos, da adesão da população aos objetivos fixados e das opiniões dadas pelos membros em todos os assuntos de interesse, apresentadas por atores do setor agrícola. Possui representantes do setor público e privado, autoridades locais e territoriais, profissionais agrícolas e sociedade civil. A LOA também introduziu o Dia do Camponês, que traz um espaço diálogo e comunicação e reúne anualmente todos os atores da profissão agrícola. Esse encontro, presidido pelo Presidente da República é precedido de consultas aos participantes do sector a nível regional.

Para a execução da LOA, as Organizações Profissionais Agrícolas participam na elaboração, implementação e avaliação de políticas e programas públicos nacionais de intervenção no setor agrícola. Elas são representadas nos fóruns de consulta, nas comissões, grupos de trabalho a nível local, regional, sub-regional e nacional, para fazer valer os interesses dos seus membros. Todas estas disposições criam as condições para um diálogo social cada vez mais operacional entre os três tipos de atores.

2.6. Iniciativas de diálogo social no setor de produção algodoeira

No setor da produção algodoeira, o diálogo social se materializa pelas seguintes áreas estratégicas:

- O fornecimento de insumos pelos produtores: assegurado nos últimos anos pelo Agrupamento de Interesse Econômico (AGIE), composto por representantes de produtores e pela empresa algodoeira, funciona sob a supervisão do Governo que também oferece garantias aos bancos em processos de financiamento.
- A fixação de preços aos produtores: é apoiado por um mecanismo gerenciado por representantes do Governo, produtores e pela sociedade algodoeira. Um memorando de entendimento assinado em janeiro de 2005 define os princípios que todos os intervenientes; devem levar em conta, notadamente: (i) promover o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva; (ii) calcular o preço final da safra com base na distribuição das receitas brutas da cadeia entre os produtores (60%) e para a CMDT (40%); e (iii) manter um fundo de apoio flexível, que leva em conta a fixação do preço inicial.
- O planejamento da safra agrícola: é realizado a partir dos objetivos de produção estabelecidos pelas empresas algodoeiras, discutidos e validados pelas organizações profissionais por meio de um processo iterativo em todos os níveis de gestão (filiais, setor, zona produção agrícola) e união de cooperativas (nacionais, regionais, locais e de base).
- A execução do projeto de safra: é realizada com o apoio das organizações de produtores para a divulgação de algumas questões sobre a safra cujas dificuldades de implementação são destacadas pela empresa algodoeira.

III. Governança do Setor Algodoeiro e Principais Atores

3.1. Ambiente do setor algodoeiro

Os principais problemas de sustentabilidade ambiental na zona algodoeira resumem-se essencialmente na contínua degradação da cobertura vegetal e dos solos e na deterioração progressiva das condições de vida das populações.

Degradação da cobertura vegetal

A cobertura florestal na zona algodoeira é marcada por degradação contínua. Ela decorre principalmente do agravamento das mudanças climáticas, mas também, e sobretudo, do desmatamento que busca a satisfação das necessidades de consumo energético, queimadas, clareiras e abertura de pastos. As clareiras para cultivo utilizam entre 300.000 e 400.000 ha por ano e se situam em terras marginais da antiga bacia algodoeira e das florestas naturais das novas áreas de colonização algodoeira.⁴¹ A taxa de crescimento das superfícies cultivadas é estimada em 7% ao ano, gerando taxa de degradação dos ecossistemas de 8 a 12% (DNCN 2000).⁴²

Além disso, a zona algodoeira contém as principais bacias de abastecimento em vários produtos florestais, incluindo madeira e carvão vegetal para grandes centros urbanos, como a cidade de Bamako, com populações em rápido crescimento. Essa situação exerce forte pressão sobre as florestas e a consequente exploração dos recursos naturais.

Outros fatores que impactam a cobertura florestal:

- As queimadas são uma calamidade quase endêmica no Mali e atingem a cada ano milhares de hectares; as principais causas são o desmatamento, a procura de pastagem por pastores, a caça e os conflitos sociais.
- A pressão sobre os recursos pastoris: que estão relacionadas à elevada concentração de animais em áreas já vulneráveis pelas condições climáticas severas; notadamente a transumância ou não do gado das áreas de pastoralismo tradicionais (Sahel) atraídos pelas melhores condições climáticas do sul e os rebanhos cada vez maiores dos produtores de algodão, que buscam economizar sua renda com a pecuária.

Uma das consequências das fortes pressões sobre os recursos florestais é o desaparecimento gradual de espécies forrageiras e, portanto, a perda de biodiversidade resultante dos efeitos de sinergia do clima e atividades humanas na área.

A degradação dos solos

Uma das principais características das terras cultivadas no Mali e em particular no sul é o teor muito baixo de matéria orgânica (raramente de mais de 1%) e do baixo teor de nitrogênio, com menos de 0,2%, consequência tanto das condições climáticas desfavoráveis como das técnicas agrícolas pouco evoluídas e erosivas. A ocupa-

41 MAIGA, A.Y., 1987: Cartografia das coberturas florestais feita a partir das fotografias aéreas e dados satelitais Landsat e Spot em uma zona de teste do Mali (Floresta de Sousan), tendo em vista a identificação e monitoramento das vegetações arbóreas. Tese de doutorado em engenharia, USTL, p.13-14.

42 Direção Nacional de Conservação da Natureza, 2001: Relatório anual.

ção desses solos e a exploração inadequada provocam a degradação com a consequente redução dos recursos e perda de fertilidade, resultando em baixos rendimentos.

A poluição e a degradação do ambiente vivo

Em áreas agrícolas de produção do algodão, a poluição ocorre principalmente pelo uso de pesticidas e fertilizantes químicos (SP/PNAE, 1995) que são utilizados nas culturas, especialmente do algodão. Nos campos, esses produtos são lavados pelas chuvas e drenados pelo escoamento das águas. Em alguns lugares, a poluição das águas causada por metais tóxicos e produtos químicos foi observada (DDT, lindane).⁴³ Assim, nota-se que a exploração das minas de ouro na área também contribui para poluir os recursos hídricos subterrâneos pela infiltração de águas residuais armazenadas. Da mesma forma no garimpo, os resíduos resultantes da atividade extrativa e produtos particularmente perigosos, como cianeto, são também muitas vezes despejados diretamente nos cursos de água.

3.2. A liderança do Governo

O algodão é um dos muitos produtos que recebem o apoio do Estado há vários anos com subsídios aos produtores para suas despesas e o mecanismo de preço mínimo de suporte⁴⁴ (SPAAA, 2012).

A melhoria das condições de acesso aos insumos para a intensificação da agricultura, a fim de aumentar a produtividade e produção é um objetivo que, em linhas gerais, traz resposta a alguns dos problemas fundamentais da agricultura no Mali: baixa produtividade, acesso limitado a insumos, pobreza rural, baixo investimento no setor etc. Essa situação da agricultura do Mali reflete-se, entre outros por forte aumento do preço dos grãos em 2007 e 2008, pelo aumento das importações, principalmente de arroz e pela diminuição do uso de fertilizantes químicos que são importados e cada vez mais caros. Inicialmente, visando apenas ao arroz pela operação “Iniciativa Arroz”, o subsídio foi estendido para outras culturas, inclusive do algodão para: (1) o cumprimento dos dois grandes objetivos explícitos da LOA (assegurar a soberania alimentar do país e tornar a agricultura o motor do desenvolvimento econômico); (2) relançamento da produção de algodão; e (3) uma certa equidade nas políticas públicas por meio da concessão de ajuda pelo estado para quase todas as populações agrícolas por meio de subsídios para as principais culturas.

A institucionalização de um mecanismo de fixação de preços do algodão em caroço em vigor desde 2008-2009 tem como objetivo o desenvolvimento sustentável do setor, incentivando a melhoria do desempenho dos atores. O preço final de compra do algodão em caroço leva em conta o preço básico de compra e o complemento do preço eventual, determinados pelo comércio mundial da fibra. No entanto, constata-se que os atores nem sempre aderem a este mecanismo como em 2010-2011, quando, apesar da melhora observada no mercado global de fibra de algodão, os produtores receberam um preço mais baixo no algodão em caroço (185 francos FCFA/kg) em comparação com a safra 2008-2009 (200FCFA/ kg). No ano seguinte, os atores impulsaram o mecanismo, fixando um preço acordado para socorrer a CMDT. Finalmente em 2012-2013 e 2013-2014, apesar da queda tendencial dos preços no mercado internacional da fibra, o governo manteve os preços relativamente estáveis independentemente do mecanismo.

De forma geral, o apoio ao algodão por meio dessas duas medidas gera fortes incentivos aos produtores, embora a sua sustentabilidade e implementação seja ainda questionada (processo de privatização da CMDT em curso, sustentabilidade da medida de subsídio pelo orçamento nacional, cujo montante passou por uma alta regular em um contexto de crise econômica e política, a arbitragem necessária entre as diversas filiais subsidiadas que, pelo elevado número aumentam os riscos de dívida, levando o mecanismo de fixação de preços de algodão em caroço a ser questionado).

43 Relatório do estado ambiental do Mali, 2007.

44 Outros produtos também são beneficiários do subsídio como o arroz e o milho.

3.3. Os empregadores

A CMDT emprega um efetivo de 1.471 trabalhadores, dos quais 1.364 homens e 107 mulheres. A equipe era composta por 611 empregados sazonais que trabalham nas unidades industriais de descaroçamento de algodão e 860 permanentes em 2015.⁴⁵ Entre os permanentes, 76,3% estão envolvidos na supervisão dos agricultores e 23,7% na administração.⁴⁶

As rendas distribuídas pela empresa incluem tanto as receitas pagas aos agricultores em troca de sua produção e os salários pagos ao pessoal da empresa. Durante o ano safra 2015-2016, a renda distribuída aos camponeses (após o pagamento do crédito de entrada) foi de um total de 124,532 milhões de FCFA e a massa salarial paga aos trabalhadores da empresa foi de 9,514 bilhões. A evolução dessas receitas indica tendência ao crescimento entre os trabalhadores da empresa e de forma otimista entre os produtores de algodão nos últimos 5 anos.⁴⁷

Em termos de segurança social, todos os trabalhadores da empresa são protegidos nos termos do Código do Trabalho (prestações familiares, ATMP, a proteção contra doença e aposentadoria), além de outros benefícios adicionais em dinheiro e *in natura*, por meio de acordo estabelecido. Todos os trabalhadores da empresa, incluindo os sazonais, são afiliados ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e, portanto, beneficiários de todas as ações sociais previstas pelo Instituto. Além disso, um fundo social, financiado com parte das receitas da companhia a partir do algodão, permite a gestão de questões sanitárias dos trabalhadores. Finalmente, os trabalhadores são beneficiários de ações permanentes de conscientização e prevenção por meio de formações e dos comitês de higiene e segurança.

O diálogo social na empresa foi implementado com iniciativas de reuniões regulares:

- Entre a Direção-Geral e União Sindical (1) para a elaboração e acompanhamento do plano de campanha; (2) para tratar questões precisas e oportunas de acordo com a necessidade expressa pelas partes; deve-se lembrar que o sindicato é um membro do conselho de administração da empresa.
- Entre a Direção de Recursos Humanos, os representantes do pessoal e do Sindicato para a gestão do Fundo Social.

Este diálogo social é realizado em conexão com o Sindicato Nacional de Produção (SYNAPRO) e a União Nacional dos Trabalhadores do Mali (UNTM) aos quais a União Sindical do Setor do Algodão CMDT é afiliada.

No lugar dos produtores de algodão, as empresas de supervisão (CMDT e OHVN) são responsáveis pela implementação das políticas agrícolas definidas pelo Estado. Como exemplo, podemos citar a gestão do subsídio em insumos agrícolas e o processo de transferência de competências para os produtores. Antes de iniciar o processo de privatização, a CMDT assegurava a organização do fornecimento de insumos agrícolas para os produtores de algodão, por meio de seu próprio sistema de abastecimento. Com a privatização em curso da empresa, foi iniciado um processo de transferência da atividade de fornecimento aos agricultores. O início da transferência foi feito com os produtores de algodão, Sindicatos e com o apoio da Assembleia Permanente das Câmaras de Agricultura do Mali. Com a criação de grupos de interesse económico (AIE), o objetivo foi de conduzir o processo com o suporte técnico das empresas de algodão para todas as fases de implementação do procedimento (requisitos de entrada centralizados de plano consensual de campanha, preparação do caderno de especificações e abertura das propostas, a assinatura de contratos para entrega de insumos agrícolas, recepção e aplicação de insumos etc.).

⁴⁵ Vale notar que o efetivo da CMDT foi reduzido para 2.994 empregados, dos quais 1.130 permanentes, quando da implementação do segundo plano social de partidas voluntárias para a aposentadoria de 2010.

⁴⁶ CMDT, Direção de recursos humanos, julho 2016.

⁴⁷ Fonte: CMDT, DPCG, 2016.

Note-se que, para outras produções, a gestão dos subsídios para compra de insumos está diretamente assegurada pelos serviços técnicos do Ministério da Agricultura, vinculado ao Ministério encarregado das Finanças e seus serviços técnicos.

3.4. Os trabalhadores

A história recente da produção de algodão no Mali é marcada por conflitos relacionados com a defesa dos interesses dos produtores em face dos interesses tanto das empresas de algodão que representam o Estado quanto dos outros atores mais ou menos diretamente ligados ao setor. As fortes ações tomadas pelas organizações de produtores começaram em 1989, como resultado de um ato do Banco Nacional de Crédito Agrícola (BNDA) sobre a gestão do Crédito insumos para os produtores de algodão. As organizações de produtores, por meio das Associações de Aldeias, constatando que o banco é reembolsado com a totalidade dos créditos, incluindo a quantidade de insumos não utilizados, entram em acordo e depois solicitam o reembolso do diferencial devido, relativo ao montante entre as quantidades de insumos efetivamente utilizados e não utilizadas. Para eles, aceitar esta situação acarretaria em endividamento. A mediação da Câmara Regional de Agricultura (CRA) e as responsabilidades políticas levam à satisfação dos produtores. Essa foi a primeira vitória das organizações camponesas cujo papel não era de reivindicação, mas de simples ponte entre a empresa algodoeira e os produtores para a realização de atividades nos campos e a comercialização do algodão em caroço. Em uma segunda fase em 1990, as AV da mesma região algodoeira de Koutiala conseguiram lidar com o fracasso dos comerciantes por meio da imposição de um preço de compra para os cereais.⁴⁸

A alfabetização dos produtores e a transferência de certas atividades de supervisão nas AV permitiu que as organizações de produtores adquirissem gradualmente mais responsabilidades na gestão de suas atividades e no desenvolvimento da sua localidade.⁴⁹ Com o advento da democracia em 1991 e o apoio de alguns parceiros para o desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e a Cooperação Francesa, fundou-se em 1991 o sindicato autônomo dos produtores, chamado Sindicato dos Produtores de Algodão e Alimentos do Mali (SYCOV), cuja razão de ser é defender os interesses dos produtores. Diante da sociedade algodoeira e com o apoio de alguns parceiros para o desenvolvimento, o SYCOV multiplica suas iniciativas. Assim, ele desenvolveu um conjunto de especificações de 12 pontos que apresenta à CMDT para a fixação de preços aos produtores, organização da campanha de comercialização de algodão etc., satisfatória. Estas iniciativas são a base da assinatura do contrato principal que liga a CMDT, o Estado e os produtores no ano safra 1994-1998 e define o preço base do algodão em caroço para o produtor e a escala de benefícios da cadeia produtiva.

Depois da baixa no preço mundial do algodão no início de 2000, a empresa de algodão, em uma tentativa de questionar os termos do contrato, decide uma diminuição unilateral dos preços ao produtor. O sindicato se opõe argumentando que essa baixa deveria ser compensada pelo fundo de estabilização do algodão regularmente alimentado pela alta contínua no algodão em anos anteriores.

O desacordo entre as partes levou ao boicote da produção de algodão durante a safra 2000/2001 conhecido como “greve de plantio”, tendo afetado grandemente as finanças públicas e a economia nacional. No entanto, este boicote permitiu sobretudo, por um lado, uma auditoria do setor e informações para os

48 Esta ação se situa no âmbito das inscrições das AV em uma licitação da Opam para entrega de cereais. Os comerciantes atribuem o mercado propondo um preço inferior ao proposto pela organização de produtores. Em revanche, as que são fornecedoras dos comerciantes chegam a bloquear a venda de cereais aos operadores e obrigam a Opam a tratar com organizações de produtores.

49 Entre as primeiras funções transferidas aos produtores, nota-se a avaliação das superfícies valorizadas, coleta e pesagem da produção, distribuição de insumos fornecidos pela CMDT e, mais tarde, a recuperação dos créditos para insumos nas vilas pelos grupos de produtores chamado Associação de Aldeias (AV). As AV são essenciais para o desenvolvimento comunitário pela realização e gestão de infraestruturas comunitárias (escolas, centros de saúde, pontos de água etc.).

produtores sobre a situação financeira da Companhia e, especialmente sobre os déficits de gestão e, por outro lado, encontrar um consenso entre a CMDT e produtores sobre um modelo de liberalização que fosse aceito pelos parceiros.

No entanto, deve notar-se que o impacto das intervenções de organizações de produtores segue limitado pelas violações dos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, especialmente o trabalho infantil na agricultura, apesar do apoio de parceiros por meio dos projetos.

3.5. A sociedade civil

As organizações da sociedade civil envolvidas mais ou menos diretamente no setor do algodão incluem, de um lado, as organizações de produtores agrícolas e, de outro, as ONGs internacionais que são geralmente parceiras. O mapeamento dessas organizações indica que as estruturas nacionais são sobretudo de representação e defesa dos interesses dos produtores, enquanto as organizações internacionais são de apoio consultivo e fortalecimento de capacidades.

As organizações nacionais que representam e defendem os interesses dos produtores são:

- Associação das Organizações Profissionais Camponesas (AOPP): criada em 1995, agrupa cerca de 250 membros de organizações de camponeses, todos os sectores agrícolas do Mali e em quase todas as regiões do país. O seu objetivo é defender os interesses dos pequenos agricultores que enfrentam os desafios de políticas agrícolas e de risco climático importantes. Seus objetivos são: (1) melhorar as condições de vida dos pequenos produtores; (2) promover a agricultura familiar para garantir a autossuficiência alimentar no futuro; (3) iniciar a implementação de um espaço nacional de diálogo entre as organizações de agricultores, permitindo-lhes um posicionamento como interlocutores legítimos e representativos frente ao Estado e atores para o desenvolvimento. A AOPP conta com vários parceiros nacionais e internacionais, incluindo organizações da sociedade civil, agências de desenvolvimento, serviços técnicos do Estado, instituições de pesquisa, bancos locais etc.
- Coordenação Nacional de Organizações Camponesas (CNOP): criada em 2002, reúne diversas confederações camponesas do Mali. O seu objetivo geral é permitir que as organizações de agricultores do Mali contribuam para a definição de visão clara da agricultura maliana e de uma política agrícola coerente, centrada na agricultura familiar. Ela reivindica 10.000 organizações de agricultores membros, cerca de 200.000 pequenos produtores. A CNOP esteve fortemente envolvida na elaboração da Lei de Orientação Agrícola e como tal, participa do Conselho Superior de Agricultura, sendo ainda membro da ROPPA (Rede de Organizações Camponesas e Produtores da África Oeste). Como a AOPP, ela recebe apoio técnico e financeiro de vários parceiros nacionais e internacionais que operam em áreas rurais.
- Confederação das empresas cooperativas de produtores de algodão (C-SCPC): a criação e o forte aumento das associações de produtores de algodão ao longo dos anos 1990 e 2000 e o contexto de liberalização da cadeia produtiva, levou à estruturação das organizações de agricultores em cooperativas de produtores de algodão (SCPC). Sua reestruturação e fortalecimento das capacidades com o apoio de parceiros, notadamente da AFD, permitiram o estabelecimento das SCPC nas aldeias e das Uniões nos Municípios, em setores, regiões e em nível nacional em 2007. A União Nacional (UN-SCPC) substituiu os sindicatos produtores em várias atividades e tornou-se o único interlocutor do Estado ou de empresas algodoeiras no diálogo para a resolução de problemas da cadeia produtiva. Na UN-SCPC foram transferidas novas competências, como o fornecimento de insumos e representação dos produtores na fixação de preços do algodão em caroço pela Inter Profissão do Algodão (IPC), que inclui empresas algodoeiras e produtores. Finalmente a aplicação desde 2015, do Ato Uniforme OHADA sobre o Direito das sociedades cooperativas na região da CEDEAO, permitiu a evolução da UN-SCPC em Confederação das Sociedades Cooperativas de Produtores de Algodão (C-SCPC).

Note-se que a Confederação é um membro da Associação dos Produtores de Algodão Africanos (APROCA), que reúne as organizações de produtores de algodão de 15 países.⁵⁰

Organizações internacionais parceiras, entre as quais citamos:

- Agricultores Francesas e Desenvolvimento Internacional (AFDI): tem por objetivo construir parceria sustentável entre os produtores agrícolas franceses e os países em desenvolvimento, incluindo o Mali. Para levar suas ações adiante, a AFDI apoia-se em sua rede de associações regionais francesas e organizações agrícolas parceiras, entre as quais a AOPP, que defende a importância da agricultura familiar. Os métodos preferidos de intervenção são os intercâmbios profissionais e compartilhamento de conhecimento.
- SNV: é uma organização de cooperação holandesa que intervém no Mali em vários âmbitos e contribui no desenvolvimento sustentável do país. Desde o início do processo de descentralização no Mali, a SNV apoiou fortemente as iniciativas de desenvolvimento local e criação de novos mecanismos de gestão da comunidade. Mais recentemente ela opera em questões de fortalecimento das capacidades dos atores, incluindo organizações profissionais agrícolas por meio da AOPP, de segurança alimentar, de promoção do sistema de micro finanças, desenvolvimento urbano e de gênero.
- OXFAM: intervém no Mali em vários campos do combate à pobreza e fortalecimento das capacidades de subsistência das comunidades na base. Também contribui para o fortalecimento das capacidades dos atores, incluindo organizações agrícolas e de segurança alimentar.

Outras Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham na zona algodoeira em defesa dos Princípios dos Direitos Fundamentais do Trabalho

- Associação Livre para a Promoção do Habitat e da Habitação (Alphalog): está presente no Distrito de Bamako e região de Segou, tendo como objetivos: (1) a melhoria das condições socioeconômicas de grupos desfavorecidos, particularmente mulheres, crianças e jovens diplomados e desempregados; (2) a promoção da moradia humana; e (3) melhoraria da qualidade de vida pela proteção do meio ambiente.
- Associação Maliana para a Promoção do Sahel (Amapros): intervém no Distrito de Bamako e nas regiões de Koulikoro, Segou e Sikasso e sua população-alvo é a mais desfavorecida. Oferece ajuda de socorro e para o desenvolvimento. Essas áreas de intervenção incluem: (1) democracia/direitos humanos; (2) o gênero; (3) educação; e (4) saúde.
- Grupo de Pesquisa Ação Direitos da Criança no Mali (Gradem): intervém no Distrito de Bamako, Sikasso e Segou, tendo como grupos-alvo as populações particularmente pobres, como: empregados domésticos, crianças de rua, meninas mães em dificuldades, meninas e mulheres rurais sem perspectivas, por meio das seguintes atividades: (1) advogar em prol da implementação efetiva dos instrumentos jurídicos que protegem os direitos da criança, especialmente das meninas; (2) formação de diferentes grupos-alvo (policiais, juízes, assistentes sociais, CLP, grupos e associações da sociedade civil, os chefes tradicionais, pessoas idosas, grupos religiosos etc.) sobre os textos pertinentes; (3) pesquisa e identificação de boas práticas; (4) conscientização e formação de jornalistas e locutores de estações de rádio locais para transmissão de mensagens adequadas e respeitadas sobre os direitos das crianças e, especificamente, das meninas; (5) a produção de programas de rádio de conscientização sobre questões relacionadas com as meninas e os aspectos de “gênero”; (6) apoio à criação de trabalho em rede para a prevenção do abuso contra as crianças e exploração sexual (especificamente meninas); e (7) assistência jurídica e judiciária para crianças vítimas de exploração sexual.

50 Países membros: Benim, Burkina Faso, África Central, Camarões, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Mali, Uganda, Senegal, Chade, Togo e Zâmbia.

- **Enda-Mali:** é a filial da Enda Terceiro Mundo, representada no país desde 1995, tem como objetivos: (1) contribuir para a melhoria das condições de vida das crianças em circunstâncias difíceis; (2) acompanhar as iniciativas de apoio e esforços para o desenvolvimento das comunidades na base; e (3) participar na melhoria da saúde pública, promovendo o acesso do maior número de pessoas aos cuidados de saúde pelo menor custo. Suas principais áreas de atuação são: (1) educação e direitos da criança; (2) formação dos profissionais de saúde; (3) o direito humano; (4) o gênero / desenvolvimento de criança e da mulher.
- **GUAMINA:** os objetivos são: (1) o desenvolvimento de ações de pesquisa sobre as estruturas de organizações de camponeses e beneficiários específicos; (2) apoiar as estruturas de organizações de base para reforçar a sua capacidade de gestão e seu próprio desenvolvimento local; e (3) promover a integração de grupos desfavorecidos e marginalizados por meio da implementação de projetos.

3.6. Outros

O Mali abriga mais de 30 agências da ONU e outras organizações internacionais envolvidas, entre as quais dez intervêm mais ou menos diretamente na cadeia produtiva do algodão. Eles operam principalmente nas áreas de financiamento de atividades ou implementação de medidas políticas, transferência de tecnologia ou de fortalecimento das capacidades dos atores.

Âmbitos de financiamento:

- **Banco Mundial:** para a execução da reestruturação do setor do algodão pela Missão de Reestruturação do Setor do Algodão (MRSC), estrutura nacional implementada para este efeito. A missão está fechada oficialmente desde 2014, em favor da suspensão do processo de liberalização da cadeia produtiva.
- **Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD):** também trabalha para a reestruturação da cadeia produtiva pela MRSC e pelo Programa de Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção nas Zonas Algodoeiras (PASE) em apoio às reformas no setor, reestruturação e fortalecimento das capacidades de OP, melhoria dos sistemas operacionais etc.
- **Agência Americana de Ajuda para o Desenvolvimento (USAID):** por meio das agências de desenvolvimento como IFDC (Centro Internacional de Desenvolvimento de Fertilizantes) para a transferência de tecnologia, capacitação dos atores locais na cadeia etc.
- **União Europeia (UE):** para a elaboração e implementação de políticas públicas para o setor, a transferência de tecnologia, fortalecimento das capacidades das organizações de produtores.
- **União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA):** para melhorar a qualidade do algodão e o estabelecimento de um regime de certificação, a fim de aumentar o seu valor comercial.

Âmbito da transferência de tecnologia e fortalecimento de capacidades

- **Bureau Internacional do Trabalho (BIT):** para o fortalecimento das capacidades das organizações profissionais dos produtores de algodão;
- **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO):** apoia a implementação de vários projetos e programas, incluindo GIPD, Juventude no trabalho e redução da pobreza;
- **Fundo para o Meio Ambiente Mundial (PEM):** para a adaptação das atividades agrícolas às mudanças climáticas;
- **Centro Internacional para o Desenvolvimento de Fertilizantes (IFDC):** organização internacional que apoia os atores do setor do algodão C4 na gestão integrada da fertilidade do solo, a regulação do mercado de fertilizantes, as cadeias de valor, sistemas de informação do mercado e fortalecimento das capacidades dos pesquisadores, extensionistas e produtores.

3.7. Casos de parcerias público-privadas

As recentes evoluções do setor com o processo de liberalização da cadeia produtiva e da transferência de funções para as organizações de produtores levaram à criação de parcerias evidenciadas pelo GIE para o abastecimento de insumos e criação de mecanismos de fixação dos preços do algodão.

O Grupo de Interesse Econômico para o Abastecimento de Fertilizantes (GIE):

Muito antes do processo de privatização, a CMDT garantia sozinha a função de abastecimento dos produtores em insumos agrícolas. No âmbito de reestruturação da cadeia produtiva, um processo de transferência dessa função foi ativado, com uma primeira fase de teste durante o ano safra 1999-2000 em determinadas áreas algodoeiras como Koutiala. Em seguida, a transferência foi difundida em toda a zona algodoeira com o apoio da APCAM, por meio de sindicatos de produtores de algodão. A reestruturação das organizações profissionais de produtores (as AV estabelecidas como sociedades cooperativas e seu agrupamento em uniões municipais, regionais e nacional), e o fortalecimento das suas capacidades levaram à criação de um Agrupamento de Interesse Econômico (GIE) para garantir a função única de abastecimento dos produtores em insumos agrícolas. O GIE é composto por representantes da CMDT, pela União Nacional das sociedades de cooperativas de produtores de algodão e OHVN. Assim o GIE, desde os anos 2006 e 2007 garante o abastecimento dos produtores da zona algodoeira em insumos agrícolas, por meio das seguintes atividades:

- Centralização e análise das necessidades de fertilizantes dos produtores;
- Busca de financiamento junto ao *pool* bancário;
- Preparo e lançamento de licitações;
- Recepção e acompanhamento das entregas aos produtores;
- Pagamentos a fornecedores seguindo as modalidades estabelecidas.

Um manual de procedimentos e gestão de insumos define os papéis e responsabilidades de cada um dos atores. Assim, com o enquadramento vem centralização e validação das necessidades em fertilizantes expressas pelos produtores, enquanto a busca por financiamento e mercados são realizados em conjunto por todos os membros do GIE. A recepção e distribuição de fertilizantes também são asseguradas pelos produtores.

O mecanismo de fixação de preços do algodão

A fixação de preço aos produtores de algodão é particularmente sensível, pela incidência de vários fatores que impactam diretamente a cadeia produtiva, como: (1) as alterações no preço mundial da fibra de algodão; (2) os incentivos para os produtores; (3) a distribuição de renda da cadeia produtiva entre os atores; (4) a partilha de riscos e lucros etc. Daí a necessidade de encontrar um espaço de diálogo e negociação entre as partes interessadas.

Vários tipos de mecanismos de fixação de preços aos produtores marcaram as evoluções institucionais e socioeconômicas que o país tem experimentado nas últimas décadas: pelo decreto do Conselho de Ministros até 1988, o preço mínimo que cobre os custos de produção do camponês, fixado para uma duração do contrato em anos para o período 1989-2000 e, por fim, a consideração dos preços mundiais e preços praticados na sub-região para o período de 2001 a 2004 (KONÉ, 2016).

Atualmente, o preço do algodão em caroço está baseado essencialmente na repartição das receitas brutas da cadeia produtiva, entre produtores e a sociedade. Considera-se um preço básico de compra fixado pelo preço mundial do algodão antes do início da safra e pelo complemento eventual de preços em função das flutuações observadas. Anualmente este preço é definido pelo Inter-Profissional do Algodão que agrupa a Confederação das sociedades Cooperativas e a CMDT. A Inter profissional estabelece um marco de PPP para a determinação do mecanismo de fixação de preços do algodão em caroço, nas seguintes bases: (1) promover o desenvolvi-

mento sustentável da cadeia produtiva do algodão no Mali, que respeite o equilíbrio dos diferentes atores, lhes encoraje melhorar o seu desempenho e limite os riscos orçamentários; (2) definir um preço final de safra a partir da repartição das receitas brutas da cadeia produtiva entre produtores e a CMDT; (3) criar um fundo de apoio que é o complemento indispensável para a aplicação do mecanismo de preços.



Conclusões e recomendações

Tanto os princípios e direitos fundamentais contidos nas convenções internacionais do trabalho e reconhecidos como fundamentais pela OIT que foram traduzidos em diferentes textos nacionais do Mali, quanto o conceito de trabalho decente e os objetivos estratégicos estão pouco presentes nos documentos políticos, nas estratégias e nos programas implementados.

Quanto às orientações políticas para o período 1990-2015, a consideração explícita do trabalho decente está contida apenas nos ODM (ODM 8, 3 e 1) que o ressaltam, especialmente para jovens e mulheres.

Durante o mesmo período, vários programas e projetos nacionais implementados com o apoio de parceiros técnicos e financeiros integram, parcialmente e/ou indiretamente as dimensões do TD como o Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, o Programa de Promoção do Diálogo Social na África francófona, o Programa de releitura das convenções coletivas e o programa Emprego Jovem.

Nas áreas rurais, em particular, a integração do conceito de trabalho decente também foi parcial e limitada, por meio da elaboração e implementação de políticas e estratégias de proteção social cujos objetivos cobrem as populações rurais vulneráveis, ou as possibilidades de criação de empregos e oportunidades de renda (programa multisectorial para o aumento do emprego em meio rural, Estratégia Nacional para a extensão da cobertura em Saúde, Plano Decenal de Desenvolvimento Sanitário e Social etc.).

No setor do algodão em particular, diversos projetos implementados integraram as dimensões do trabalho decente, todavia com finalidades específicas ou em áreas de produção específicas como: (i) o projeto de algodão orgânico-equitável nas filiais Sul e Oeste da CMDT, que introduziu grandes inovações ambientais e sociais por meio dos princípios e valores defendidos pelo comércio justo; (ii) o Programa Nacional de Gestão Integrada da Produção e Pragas para a melhorar a produção e a produtividade agrícola por meio da proteção do meio ambiente e para uma produção agrícola sustentável. O Projeto Better Cotton Initiative em particular, que promove explicitamente o respeito ao meio ambiente e ao trabalho decente para todas as categorias de produtores de algodão.

No entanto, o trabalho decente ainda tem déficits importantes, de forma singular no setor agrícola e no do algodão, em particular. Alguns indicadores evidenciam a magnitude desses déficits: 8 em cada 10 crianças de ambos os sexos, com idades entre 5 a 17 são forçadas a exercer um trabalho prejudicial ou são economicamente ativas, sendo que dois terços estão envolvidas em trabalhos perigosos. As consequências sobre a educação e a saúde das crianças são evidentes com uma pequena proporção de crianças envolvidas em trabalhos prejudiciais que estão na escola (16%) e 7 em cada 10 crianças com idade entre 5 e 17 anos de idade que relataram ter ficado doentes ou feridas por causa do trabalho.

No setor do algodão, em especial, as principais formas de trabalho infantil envolvem trabalhos domésticos, agrícolas e de cuidado com animais. Os trabalhos domésticos ocupam a grande maioria dos mais jovens de 5-11 anos de idade, tanto meninos como meninas. Quanto aos trabalhos agrícolas, a contribuição das crianças a partir de 6 anos de idade é solicitada em todas as atividades, exceto para o tratamento químico de culturas, reservada para adultos. Esta contribuição é particularmente solicitada para colheita, limpeza de terreno, aração, capina e plantio com horas de trabalho excedendo a duração legal de 36 horas por semana. No entanto, a proporção de meninos que participam nessas atividades é maior que a de meninas, mais ocupadas com tarefas domésticas. Além disso, observa-se uma disparidade significativa entre as categorias de produtores, quanto à participação de crianças no trabalho agrícola. As pequenas propriedades e propriedades mais pobres são também as que utilizam mais precocemente as crianças em trabalhos perigosos como o tratamento químico de plantas, adubação, aração etc. e possuem uma jornada de trabalho mais longa.

Os fatores que influenciam o déficit de trabalho decente nas áreas rurais e, especialmente na zona algodoeira, são de várias ordens:

- Sociocultural: o trabalho infantil é considerado nesses ambientes rurais e tradicionais como pertencente à socialização necessária para a família, para a aprendizagem e formação na vida da criança. Essa opinião parece ser partilhada por uma maioria de agentes de extensão, de inspeção do trabalho, autoridades administrativas e judiciárias etc., mesmo que todos, incluindo produtores, reconheçam certos tipos de “abuso” por parte de alguns produtores ou a exposição da criança a “riscos graves” em alguns tipos de trabalho particularmente perigosos para as crianças de certa idade;
- Socioeconômico: a falta de mão de obra, equipamentos ou meios financeiros são argumentos frequentemente citados para justificar o uso de crianças em trabalhos perigosos, porém esses trabalhos perigosos também são vividos por crianças de grandes propriedades, bem equipadas e com grande mão de obra familiar de adultos e com capital financeiro;
- Setor informal: o setor agrícola é considerado como vindo do informal, isto é, não coberto pelo arsenal jurídico e regulamentar do trabalho, portanto, os textos em vigor cobrem o conjunto das atividades, incluindo as atividades rurais e agrícolas.
- Baixas capacidades operacionais dos serviços de inspeção do trabalho: por conta da limitação em recursos humanos, materiais e financeiros, os serviços de inspeção do trabalho são representados apenas na capital e regiões principais; seu raio de ação raramente chega ao nível local ou o meio rural; na verdade, os que são alvo de acompanhamento, monitoramento e controle do cumprimento das normas trabalhistas, são o setor formal e algumas atividades em meio urbano.

A combinação destes fatores explica em grande parte o déficit de trabalho decente nas áreas rurais. Esta situação é agravada por um contexto de pobreza, de pressão demográfica e de baixa atratividade de investimentos no Mali, apesar de um marco jurídico e institucional incentivador. De fato, a proporção da população maliana que vive abaixo da linha de pobreza é estimada em 43% e a camada vulnerável que necessita de uma rede de segurança social em 16%, incluindo também agricultores cuja atividade é dirigida para a produção de alimentos, pastoreio e pequena produção de hortaliças e outras culturas em áreas rurais e periurbanas, particularmente expostas ao déficit ligado ao trabalho decente.

O rápido crescimento demográfico de cerca de 3,6%, combinado com a juventude da população e o fraco desempenho da agricultura exposta a choques climáticos, econômicos e políticos evidencia precarização das condições de vida e agravamento do êxodo rural.

Tendo em vista as limitações acima referidas e tendo em conta os fatores de evolução externos mencionados, os principais desafios e questões sobre o trabalho decente no setor de produção do algodão podem ser resumidos, como segue:

- Combater a pobreza dos pequenos produtores de algodão regularmente ou de forma cíclica, sujeitos a choques de ordem endógena e exógena: trata-se sobretudo de desenvolver estratégias e medidas para prevenir a descapitalização entre os produtores de algodão, equipando as pequenas propriedades com um mínimo de equipamentos agrícolas (unidade de aração, equipamentos complementares, carroça), para criar condições de acesso ao crédito agrícola, garantir serviços de consultoria rural para a gestão familiar e da propriedade. Estas medidas devem ser particularmente visadas, especialmente para as categorias de propriedade vulneráveis: pequenas propriedades da antiga bacia do algodão, migrantes ou não em fase de instalação em novas áreas de produção de algodão e mulheres chefes de propriedades.
- Aplicar os regulamentos trabalhistas em vigor no sub setor de produção do algodão: trata-se de projetar e implementar estratégias, de informação, de educação e comunicação sobre os aspectos da regulamentação do trabalho que dizem diretamente respeito ao trabalho em áreas rurais e de intervenção rural, en-

volvendo a participação de todos os atores (organizações sociais e profissionais, autoridades tradicionais e religiosas, eleitos, administração, serviços técnicos, serviços sociais etc.) e, finalmente, fortalecer as capacidades operacionais dos serviços de inspeção do trabalho, para que possam intervir em áreas rurais.

- Estender a cobertura social ao maior número de produtores: os seguros complementares em algumas áreas de saúde, incluindo nas regiões de Segou e Koulikoro, são as únicas ferramentas de segurança social nas zonas rurais; para isso, será necessário desenvolver estratégias adaptadas para a extensão dos seguros complementares de saúde em todas as filiais da CMDT e a área de intervenção do OHVN, assim como para a proteção das propriedades contra riscos agrícolas. Já a LOA prevê que “o Estado estabeleça um Fundo Nacional de Riscos e Desastres Agrícolas, com vistas a minimizar o impacto dos principais riscos e desastres sobre o desenvolvimento agrícola e as condições de vida das populações rurais” (LOA, artigo 58);
- Alinhar a estratégias de intervenção dos atores do setor do algodão com o conceito de trabalho decente: trata-se de realizar uma revisão das estratégias e abordagens de serviços de extensão na área da produção do algodão em relação ao conceito de trabalho decente, bem como envolver os representantes dos trabalhadores da sociedade algodoeira e os produtores nesta revisão.

No entanto, muitas oportunidades proporcionam clima favorável para o trabalho decente no setor do algodão no Mali, incluindo:

- Projetos com base no trabalho decente na área de produção do algodão, notadamente por meio dos projetos BCI e algodão orgânico-equitável. O projeto BCI em particular integra a parte essencial dos indicadores de trabalho decente; ele está em curso na cadeia produtiva do Nordeste desde o ano safra 2010-2011 e sua extensão é prevista para a cadeia produtiva sul, no ano safra 2016-2017. A sua aplicação em campo é assegurada juntamente com a supervisão da CMDT e as avaliações dos seus efeitos serão conduzidas pelos produtores (autoavaliação) e, em seguida, por um controle de credibilidade e verificação externa.
- Projetos e programas que integrem as dimensões de trabalho decente em seus objetivos, estratégias e atividades, incluindo:
 - » O PNLTE cujo objetivo é a concepção e implementação de projetos que visem, designadamente: (1) prevenir a execução do trabalho infantil; (2) abolir o trabalho infantil nas atividades mais perigosas e nas situações de exploração mais severas, oferecendo às crianças e suas famílias alternativas viáveis; (3) melhorar as condições de trabalho das crianças como um primeiro passo para a eliminação do trabalho infantil; (4) compreender melhor as condições de vida e trabalho infantil, riscos e limitações que enfrentam; e finalmente; e (5) conscientizar as crianças, pais, empregadores, instituições públicas e privadas e o público em geral sobre os perigos do trabalho precoce.
 - » A GIPD: por meio da sua abordagem baseada no conceito de Escola de Campo de Produtores, o uso de “biopesticidas”, a preservação da saúde dos trabalhadores e suas famílias por meio de treinamento em medidas de proteção no manuseio de produtos químicos e abordagem inclusiva, envolvendo todas as partes interessadas das comunidades envolvidas (representantes eleitos, autoridade administrativa, serviços técnicos, organizações de produtores etc.) em um processo de diálogo e intercâmbio sobre o método GIPD/CEP e seus impactos econômicos e ambientais.
- Políticas e estratégias de proteção social, incluindo:
 - » A Estratégia Nacional de Extensão Cobertura de Saúde destinada à cobertura de saúde da população do Mali no setor informal e áreas rurais por regimes de seguros de saúde.
 - » A nova política de proteção social em curso de elaboração, que visa construir sistema de proteção contra os riscos sociais para os cidadãos em geral e, especialmente, dar uma atenção particular para a promoção da solidariedade e programas de segurança social para fortalecer a resiliência e a segurança alimentar e nutricional dos pobres e vulneráveis em áreas rurais.

- Formas e experiências pertinentes de diálogo social nos níveis:
 - » Geral do setor agrícola, por meio dos mecanismos de implementação da LOA, incluindo, (i) o Conselho Superior de Agricultura, que é um órgão de consulta sobre as políticas nacionais de desenvolvimento agrícola; funcional desde 2008, reúne todos os intervenientes do setor para a adesão das populações aos objetivos fixados e a mobilização de recursos; e (ii) a Jornada Camponesa, que é um espaço de consulta, diálogo e comunicação entre todos partes interessadas da profissão agrícola e as autoridades políticas nacionais.
 - » De setor do algodão para a gestão conjunta de funções estratégicas como (i) o abastecimento em insumos para os produtores por meio do Grupo de Interesse Econômico; (ii) a fixação de preços aos produtores, (iii) o planejamento e implementação da safra agrícola.
- Organizações da sociedade civil, representadas por:
 - » Organizações profissionais agrícolas nacionais estruturadas e fortalecidas no setor agrícola em geral, e do algodão em particular (AOPP, CNOP, C-SCPC etc.);
 - » Organizações não governamentais incluindo ONG internacionais que operam em sinergia com as organizações nacionais da sociedade civil

Principais conclusões, desafios e oportunidades seguintes às recomendações anteriores visando à promoção do trabalho decente no setor do algodão no Mali. Em geral, essas recomendações destinam-se a prevenir e eliminar o trabalho infantil na cadeia de produção do algodão.

1. Combater a pobreza junto aos produtores de algodão, por meio da elaboração e implementação de um programa de equipamento das propriedades agrícolas. Um programa que vise dotar de um mínimo de equipamentos agrícolas (unidade de aração, equipamento complementar, carroça), as pequenas propriedades, propriedades de migrantes ou em fase de instalação, mulheres chefes de propriedade. As ferramentas oriundas das diversas políticas nacionais (crédito para primeiro equipamento da CMDT, Projeto “equipar reflorestando” etc.) e outros países em termos de equipamentos os pequenos produtores poderiam ser mais aproveitados.
2. Fortalecer os métodos e capacidades de intervenção da Célula Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, inclusive por meio de (i) instrumentos e métodos adaptados monitoramento, acompanhamento e controle do trabalho infantil nas zonas rurais, (ii) harmonização nas abordagens usadas no combate ao trabalho infantil com todos os atores intervenientes no âmbito (serviços técnicos de supervisão, projetos e programas, a inspeção do trabalho, as organizações sociais e profissionais e a sociedade civil etc.); e (iii) dotação da CNLTE em recursos humanos e materiais operacionais nas áreas rurais.
3. Apoiar a aplicação da regulamentação do trabalho em vigor no subsetor da produção algodoeira através da capitalização dos conhecimentos metodológicos dos projetos em andamento relacionados ao trabalho decente (BCI, GIPD, Algodão orgânico equitável) e das experiências brasileiras de forma a criar uma sinergia entre os serviços encarregados do controle e da regulamentação do trabalho.
4. Alinhar as estratégias de intervenção dos atores do setor do algodão com o conceito de trabalho decente por meio de uma revisão da abordagem de enquadramento da CMDT e OHVN e do fortalecimento do diálogo social entre as partes interessadas (sociedades algodoeiras, sindicato de trabalhadores, organizações dos produtores agrícolas, etc.) buscando seu envolvimento na execução efetiva do conceito de trabalho decente na cadeia de produção de algodão.
5. Fortalecer os métodos e capacidades de intervenção da CMDT em relação ao conceito de trabalho decente por meio de um programa de colaboração que baseia-se em experiências de cooperação entre a CMDT, projetos e programas em curso (BCI, algodão orgânico equitável, GIPD).

6. Prevenir e eliminar o trabalho infantil na cadeia de produção de algodão, notadamente através de programas de transferência de recursos condicionados às propriedades, do apoio à educação e manutenção das crianças na escola, formação profissional e de inclusão sócio-econômica para as vítimas de trabalho infantil, etc.
7. Ampliar a cobertura social ao maior número de produtores de algodão: o que torna necessário o desenvolvimento da proteção social para os produtores de algodão e membros de suas famílias através do fortalecimento das capacidades operacionais dos centros de saúde comunitários, centros de referência e da assistência mútua em saúde em determinados Distritos de saúde (equipamentos, pessoal, infra-estrutura, formação), além do desenvolvimento de estratégias adaptadas de aumento da cobertura em saúde assistencial mútua em todas as filiais da CMDT e a área de intervenção da CMDT.
8. Melhorar o nível de conhecimento do poder legislativo e regulamentar em matéria de direitos e deveres no trabalho para os diferentes atores (parceiros sociais, organizações da sociedade civil, comunidades de base).

Estas recomendações estão listados na tabela abaixo com a indicação da sua base institucional e a ligação com a experiência brasileira que podem ser compartilhadas com o Mali.

Tabela 3: As recomendações do Estudo



Tabela 3: As recomendações do Estudo

RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO	INSTITUIÇÕES MALI	EXPERIÊNCIA BRASILEIRA (DE ACORDO COM A LISTE DO PRODOC)	INSTITUIÇÕES BRASIL
Combater a pobreza junto aos pequenos produtores de algodão regulares ou cíclicos, sujeitos a choques de ordem endógena e exógena;	Ministério do Emprego e da Formação Profissional	Inclusão produtiva insistindo na formação e emprego para jovens e mulheres	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
	Ministério do Trabalho	Programa de transferência de renda condicionada e programa de reintegração das vítimas do trabalho infantil	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
	Ministério da agricultura		
	Ministério do Desenvolvimento Social		
Fortalecer os métodos e capacidades de intervenção da Célula Nacional de Combate ao Trabalho Infantil	Ministério do Trabalho	O papel de inspeção do trabalho para o trabalho infantil e o trabalho forçado	Ministério do Trabalho (MTPS)
Aplicar a regulamentação do trabalho em vigor no subsetor da produção algodoeira			
Ampliar a cobertura social ao maior número de produtores	Ministério do Desenvolvimento Social	Proteção Social	Ministério do Trabalho (MTPS)
Alinhar as estratégias de intervenção dos atores do setor do algodão com o conceito de trabalho decente	Ministério do Trabalho	Agendas sobre o trabalho	Ministério do Trabalho (MTPS)
	Ministério da Agricultura com CMDT e OHVN		Ministério do Trabalho (MTPS)
	Parceiros sociais		
Fortalecer os métodos e capacidades de intervenção da CMDT em relação ao conceito de trabalho decente	CMDT Sindicatos OPA de produtores de algodão	Experiência da ABRAPA	Associação Brasileira dos Produtores de Algodão ABRAPA
Melhorar o nível de conhecimento do poder legislativo e regulamentar em matéria de direitos e deveres no trabalho para os diferentes atores	Ministério do Trabalho Ministério da Justiça Parceiros sociais	Promoção da legislação do trabalho nacional e internacional, aproximando o poder judiciário da sociedade	Associação nacional dos magistrados da justiça do trabalho (Anamatra)
Aplicar a regulamentação do trabalho em vigor no subsetor de produção do algodão	Organizações da Sociedade Civil		

Fontes: CMDT, serviço de controle e gestão, 2016

Referências Bibliográficas

- AFD, de 2001, a AFD e a redução da pobreza e da desigualdade. Nota de Doutrina sobre a redução da pobreza e da desigualdade, janeiro de 2001
- OIT (2009): Guia sobre os novos indicadores de emprego dos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio, incluindo o conjunto completo de Indicadores de Trabalho Decente. Organização Internacional do Trabalho, Setor Emprego, Primeira Edição. Genebra. Junho
- CMDT 2011 Balanços campanha de 2016
- Célula de Planeamento e Estatística: Recenseamento Geral Agrícola 2004
- CPS_EAC de 2016 Enquete Agrícola de Conjuntura;
- CIRAD, 2006
- Cissé et al. 2007, o crescimento demográfico, desenvolvimento do cultivo de algodão e gestão sustentável dos recursos naturais na região Mali Sul pelo Programa Internacional de Pesquisas sobre as interações entre a População, o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (PRIPODE)
- Cissé I, 2011: o trabalho infantil na agricultura, estudo de caso nos setores de arroz e algodão no Mali, FAO, OIT, Instituto de Economia Rural, Bamako
- Direção Nacional de Agricultura, 2014, Programa GIPD / GEF: Nota de apresentação sobre a gestão integrada da produção e pragas (GIPD), através de escolas de campo para produtores
- Direção Nacional de Planeamento e Desenvolvimento: situação econômica e financeira do Mali e perspectivas, Série de 2008-2009 até 2014-2015
- Direção Nacional de Conservação da Natureza, Relatório Anual 2001
- Direção Nacional de Estatística e Informática / Observatório do Desenvolvimento Humano Sustentável 2001: Enquete Maliana de Avaliação da Pobreza (E.M.E.P)
- DROY I. o algodão orgânico equitável, um fator de transformação social, terceira jornada de desenvolvimento GRES
- FMI, 2013, Plano de Recuperação Sustentável do Mali 2013-2014
- Fok M., 2007, Análise multifatorial da baixa na produção de algodão na área CMDT: da fisiologia à Ideologia, CIRAD, Montpellier
- Géronimi V. et al. 2013, o setor do algodão no Mali em uma armadilha de sub-acumúlo? Vulnerabilidades das populações rurais na África, mundo em desenvolvimento, Tome 41 ano 2013/14
- ICAC, o algodão neste mês, 01 de abril de 2016
- INSTAT, 2016, Conta Nacional (nova série de contas econômicas)
- INSTAT, Anuários Estatísticos do Mali, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015
- INSTAT de 2009 Recenseamento geral da população e habitação, Bamako, Mali
- B. Koné 2015 Medidas de Incentivo para a produção de algodão e perspectivas de privatização das filiais CMDT no Mali, Universidade de Liège - GEMBLOUX AGRO BIO-TECH, tese de doutorado em ciências agrárias e engenharia biológica, a ser publicado

- Maïga A.Y., 1987: Mapeamento da cobertura florestal a partir de fotografias aéreas e dados de satélite Landsat e Spot em uma área de teste do Mali (Reserva Florestal de Soudan) para identificação e monitoramento de formações lenhosas. Tese de Doutor-Engenheiro, USTL, pp.13-14
- Ministério das Finanças e da Economia, 2016: Marco Estratégico para a Recuperação Econômica e o Desenvolvimento Sustentável no Mali (2016-2018).
- PNUD 1997, "Relatório Mundial sobre Desenvolvimento Humano", Econômica
- Kébé D. et al. Estudo da Pobreza na área Office du Niger, Instituto de Economia Rural / KIT Holanda, maio de 2005
- República do Mali: Política de Desenvolvimento Agrícola, agosto 2013
- República do Mali / Organização Internacional do Trabalho: Programa Nacional de Promoção do Trabalho Decente, Programa para a recuperação sustentável do Mali, 2016-2018, junho 2015
- SAPAA / FAO (2012): Revisão das políticas agrícolas e alimentares no Mali. relatório nacional 175p
- Sistema de Alerta Precoce (SAP) 2016: Relatório Síntese, Pesquisa Nacional sobre Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN-Mali), em março de 2016
- <http://www.planetoscope.com/cereales/193-production-mondiale-de-mais.html>
- <http://www.planetoscope.com/cereales/193-production-mondiale-de-riz.html>
- http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---/wcms_443504.pdf
- <http://www.worldbank.org/en/country/mali>
- <http://maliactu.net/mali-investissements-et-relevance-economique-le-secteur>
- http://www.bceao.int/IMG/pdf/rapport_sur_la_situation_de_la_pauvrete_dans_les_pays_de_l_uemoa.pdf,
- <http://rstb.royalsocietypublishing.org/>

Leis e decretos citados como referência:

- Lei 92/020- de 20 de setembro de 1992 sobre o Código do Trabalho no Mali e na República do Mali;
- Lei nº 02-053 de 16 de Dezembro de 2002 sobre o estatuto geral dos funcionários
- Decreto 96-178 / P-RM de 13 de Junho de 1996 que estabelece modalidades de aplicação de certas disposições do Código do Trabalho na República do Mali;
- Portaria nº 02/062 P-RM de 05 de junho de 2002 sobre o Código de Proteção da Criança na República do Mali;
- Decreto 01-534 P-RM de 01 de novembro, que cria um documento de viagem que serve como permissão de saída para crianças de 0 a 18 anos;
- Decreto nº 02/067 de 12/02/2012, que estabelece as condições para a criação e as modalidades de funcionamento das instituições privadas de acolhimento, escuta, aconselhamento e alojamento para crianças;
- Decreto nº 99-450 P-RM de 31/12/1999, que estabelece as modalidades de funcionamento das instituições privadas de acolhimento e remanejamento para crianças.

Lista de pessoas encontradas

1. BIT Bamako

- » Hamidou Cissé, coordenador nacional de projetos

2. FAO Bamako

- » Ali Abdou Gado, perito nacional, apoio ao Programa
- » Issa Kéïta, assistente do Programa
- » Dassé Togola, responsável pelo projeto Jovens no Trabalho, Redução da Pobreza
- » Direção Nacional do Trabalho
- » Fassoun Coulibaly, Diretor Nacional do Trabalho
- » Boucary Togo, Diretor da CNLT

3. Direção Nacional de Agricultura

- » Amadou Chick Traoré, chefe da divisão de formação, ponto focal CNLT
- » Mohamed Soumaré, Coordenador Técnico Nacional GIPD/GEF- ACC

4. Companhia Maliana de Desenvolvimento de têxteis

Direção Geral em Bamako

- » Hamadoun Cissé, Controle e Gestão Principal
- » Bréhima Sanogo, Diretor de Recursos Humanos
- » Abdoulaye Diarra, Conselheiro técnico agrícola
- » Issa Finéré Dembélé, Secretário Geral Seção Sindical CMDT

Filial Oeste Kita

- » Samankoun Kéïta, Chefe da divisão da produção agrícola e do Conselho
- » Issa Dembélé, Bréhima Sanogo, Chefe da divisão de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos
- » Oumar Kéïta, Secretário Geral do Sindicato dos Produtores Agrícolas de Kita
- » Modibo Kéïta, Presidente do Sindicato dos Produtores Agrícolas do Mali Oeste
- » Dianguina Tounkara, Presidente do Sindicato dos Produtores de algodão de Kita

Filial Nordeste Koutiala

- » Bréhima Diarra, Chefe da divisão de produção agrícola e do Conselho
- » Mamadou Sangaré, Conselheiro Técnico da federação regional dos produtores de algodão da filial Nordeste

Filial Sul Sikasso e Bougouni

- » Tiéma Dembélé, Chefe da divisão de produção agrícola e Conselheiro
- » Mamadou Amara Koné, responsável do setor de qualidade
- » Yaya Diawara, Chefe da divisão de formação, ligação entre pesquisa /desenvolvimento
- » Modibo Kéïta, Presidente do Sindicato dos Produtores Agrícolas do Mali Oeste
- » Issa Sidibé, Coordenador CMDT Bougouni



- » Bréhima Sanogo, Chefe adjunto de setor Bougouni
- » Dramane alpha Maïga, Chefe da seção administrativa e social
- 5. Associação dos Produtores de algodão Africanos
 - » Sra. Coulibaly Tata Djiré, coordenadora do programa BCI
 - » Dioma Komonsira, responsável pela Comunicação
- 6. Direção regional do trabalho de Sikasso
 - » Yacouba Berthé, Inspetor do trabalho e segurança social, Ponto focal da CNLT
 - » Sra. Bâ Hawa Maïga, Inspetora do trabalho e segurança social
- 7. Tribunal de Koutiala
 - » Amadou Moro, Presidente do Tribunal
 - » Fatimétou Dembélé, Substituto do Procurador
- 8. Serviço local de Promoção da Mulher, da Criança e da Família
 - » Sra. Koné Kadiatou Koné, chefe do serviço



